



Ag.
A
4

0

Ata Número Dezanove

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas dezassete horas e quarenta minutos, reuniu ordinariamente, na Sala Atelier do Teatro Municipal da Louçã, a Assembleia Municipal, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:**

- 1- Apreciação de uma Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal.
- 2- Apreciação e votação do Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2025.
- 3- Apreciação e votação do Mapa de Pessoal do Município para o ano de 2025.
- 4- Apreciação e votação da fixação das taxas do imposto municipal sobre imóveis (IMI) para o ano de 2025.
- 5- Apreciação e votação da participação variável no IRS para o ano de 2025.
- 6- Apreciação e votação do lançamento das taxas de derrama para o ano de 2025.
- 7- Apreciação e votação da fixação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2025.
- 8- Apreciação e votação da ratificação da deliberação da Câmara Municipal, de 29.11.2024, relativa à designação e composição do júri do procedimento concursal para recrutamento de dirigente de 3º grau – Chefe de Unidade – para a Unidade Administrativa da Divisão de Administração e Finanças.
- 9- Apreciação e votação da ratificação da deliberação da Câmara Municipal, de 29.11.2024, relativa à designação e composição do júri do procedimento concursal para recrutamento de cargo de direção intermédia de 2º grau – Chefe de Divisão – para a Divisão de Planeamento Urbanístico e Regeneração Urbana.
- 10- Apreciação e votação da 4ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2024.
- 11- Apreciação e discussão do Relatório de Auditoria Semestral apresentado



A-X
A
A

pelo Revisor Oficial de Contas que contém a informação sobre a situação económico-financeira relativa ao 1º semestre de 2024. -----

12- Apreciação e votação do Mapa de Ruído do Município da Louçã e do Plano Municipal de Redução de Ruído do Município da Louçã. -----

13- Apreciação e votação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil da Louçã. -----

14- Apreciação e votação do Plano Municipal da Juventude da Louçã para o período 2024-2027. -----

15- Apreciação e votação do Plano Municipal de Ação Climática - PMAC Louçã. -----

16- Apreciação e votação da ratificação da deliberação da Câmara Municipal, de 4.11.2024, relativa à autorização prévia para a repartição de encargos plurianuais da operação de "Leasing para o financiamento da aquisição de uma varredora". -----

17- Apreciação e votação da ratificação da deliberação da Câmara Municipal, de 21.10.2024, relativa à autorização prévia para a repartição de encargos plurianuais da "Reabilitação e Alteração de Edifício Multifamiliar – Rua Dr. Pedro Lemos". -----

A Senhora Presidente da Mesa deu início aos trabalhos começando por apresentar cumprimentos ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** e restante Executivo, Senhores membros da Assembleia Municipal e todos os presentes. Agradeceu ainda a cedência do espaço para a realização da reunião da assembleia, e parabenizou publicamente o executivo pelas instalações do Teatro Municipal. -----

CHAMADA: -----

Feita a chamada, verificou-se a ausência de Daniela Guerreiro, que justificou a falta e foi substituída por Daniela Santos; Carolina Cabral, que justificou a falta e foi substituída por Rui Morais, e João Alberto Fernandes foi substituído por José Moreira. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----



AJ
a
B

A Senhora Presidente da Mesa, deu conhecimento de uma inscrição de um cidadão para usar da palavra neste período, que fez previamente a respetiva inscrição e preenchimento de declaração de consentimento, nos termos do RGPD – Regulamento Geral de Proteção de Dados. -----

Inscrições: António Paulo Magro-----

António Paulo Magro, iniciou a intervenção cumprimentando todos os presentes e começou por dirigir-se à Sr.ª Presidente da Assembleia, para que no uso das suas competências, no âmbito do regimento da assembleia, lhe sejam comunicadas por e-mail as diligências tomadas, sobre o assunto que apresenta. Referiu o Condomínio de Aldeias e declarou que, já em reuniões anteriores colocou várias questões sobre o projeto, às quais foi bem esclarecido pelo Sr. Presidente. Fez ainda referência a várias publicações sobre o projeto dos condomínios de aldeia. Referiu-se ainda à assinatura do contrato para a modernização da praia fluvial da Sr.ª da Graça, intervenção no âmbito do projeto Aqualousã, vencedor do Orçamento participativo 2019. Continuou que no círculo deste processo, foi redigido um contrato de empreitada para a requalificação da praia da Sr.ª da Graça, entre o município e uma empresa no montante de 68 mil euros + IVA, contudo após consulta, deste contrato, no Portal Base, verificou que na clausula III consta a seguinte redação:” *o contrato tem por objeto a execução dos trabalhos no âmbito do condomínio de aldeias, programa de apoio às aldeias localizadas em território da floresta. Terminou questionando porque é que o contrato referente ao projeto de requalificação da praia fluvial da Srª da Graça, tem por objeto a execução dos trabalhos no âmbito do condomínio de aldeias*”. -----

Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e começou por esclarecer que não tem esse processo de memória e com precisão detalhada, mas que existe um contrato específico para os condomínios de aldeia e outro contrato específico para a praia fluvial da Srª da Graça, em Serpins. Disse ainda que a situação apresentada, só pode ter sido gralha, uma vez que o contrato referido com a data mencionada, é o contrato



ASX
a
h

relativo à intervenção na praia fluvial de Serpins. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

VOTAÇÃO DA ATA:-----

Colocada à votação a ata da sessão ordinária número dezoito, realizada no dia trinta do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, foi aprovada por unanimidade pelos deputados que estiveram presentes, não tendo participado na votação os membros que dela não fizeram parte.-----

CORRESPONDÊNCIA: -----

A Senhora Presidente da Mesa passou a dar conhecimento aos membros da Assembleia Municipal de toda a correspondência rececionada pela Mesa, desde a última sessão ordinária de setembro, até ao momento: -----

Dia 30 de outubro, do gabinete do 1.º ministro, o agradecimento do Voto de Pesar "Pelas Vítimas dos Fogos Florestais; -----

Dia 31 de outubro, do Gabinete do Secretário de Estado da Proteção Civil, o agradecimento do Voto de Pesar "Pelas Vítimas dos Fogos Florestais. -----

INSCRIÇÕES PARA O PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Inscrições: Maria Antunes, João Curvelo, António José Gonçalves, Helena Correia, Fernanda Franca, Santinho Antunes, Marco Sequeira, Joel Fernandes, Nelson Lopes e Pedro Santos, -----

Helena Correia, tomou a palavra cumprimentando todos os presentes e começou por partilhar que o Grupo de Trabalho da Assembleia da República deu luz verde para desagregação da União de Freguesias da Louçã e Vilarinho. Referiu ainda: *"Tínhamos plena confiança no processo apresentado, iniciado pelo grupo de trabalho liderado pelo António Marçal, cuja constituição foi proposta pelo executivo da Junta de Freguesia e aprovado pela nossa Assembleia de Freguesia, e o projeto final foi entregue à Assembleia da República. Destaco que a apresentação do projeto de desagregação ao abrigo da lei 39/2021 mereceu aprovação por unanimidade dos eleitos do*



executivo e da Assembleia de freguesia de Louçã e Vilarinho, do executivo municipal e da Assembleia Municipal. As propostas deverão ir a Plenário da Assembleia da República na segunda quinzena de janeiro de 2025." -----

António José Gonçalves - iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e manifestou a sua indignação pela alteração da ordem de intervenções na assembleia e não ter sido o primeiro a intervir, como habitualmente. Declarou que foi com orgulho que participou no grupo de trabalho pela desagregação da freguesia de Louçã e Vilarinho. Dirigiu algumas questões ao Sr. Presidente da Câmara: Se já tem alguma solução para o jardim da Câmara, se já tem alguma solução para o piso da Rua do Comércio; questionou sobre a legalidade do edifício do Louzanpark; Reforçou a importância da colocação de semáforos junto ao quartel dos bombeiros; manifestou o seu desagrado relativamente às pinturas de "pick and drive" feitas em alguns lugares de estacionamento. No que respeita ao setor de Urbanismo da Câmara Municipal, referiu que chegaram queixas de munícipes sobre a demora nos processos e solicitou ao Sr. presidente que possa dar uma ajuda para a conclusão destes processos de modo mais célere. Referindo-se à estrada da Srª da Piedade questionou se os passadiços também serão contemplados com a estabilização do terreno, e terminou referindo o corte de um plátano que provocou estragos nos passadiços e que continua caído no local. -----

Marco Sequeira - iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e começou por realçar as atividades que decorreram no concelho durante a semana europeia do desporto. Entre as atividades referiu o encontro de gerações como o evento maior e que contou com a colaboração e apoio de diversos clubes e associações, onde forem disponibilizadas experiências desportivas e de lazer, como jogos desportivos, jogos tradicionais, experimentação de atividades desportivas e insufláveis. Continuou dizendo: "No "entanto durante esta semana decorreram mais iniciativas como, caminhadas, palestras, aulas de zumba e Boccia, bem como a Piscina Municipal, teve entrada gratuita no sábado dia 28 de setembro. É de evidenciar a importância que estas atividades têm na promoção do desporto, da



atividade física e dos estilos de vida saudáveis." Abordou ainda o galardão ECOXXI que o Município da Lousã recebeu pelo 11.º ano consecutivo, tendo subido ao 6.º lugar nacional e obtendo um índice de 87.9% e destacando-se nos indicadores relacionados com educação ambiental para o desenvolvimento sustentável; Transparência, Digitalização e Conectividade; Certificação de Sistemas de Gestão e Saúde e Bem Estar. Realçou ainda o hastear das bandeiras Eco-Escolas na Lousã e o hastear das bandeiras verdes nas escolas que desenvolveram no ano letivo anterior, um plano de ação que tem como objetivo tornar mais sustentável o dia-a-dia da escola, mas também da comunidade na qual estão inseridas. ----

João Curvelo iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e disse: "O Grupo Municipal "É Hora de Mudar" (PSD/CDS-PP) tem sido contactado por vários lousanenses que reclamam uma alteração ao disposto no art.º 91º do Regulamento nº 922/2019 da APIN intitulado "Projeto de Regulamento Geral de Serviço de Abastecimento Público de Água, de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e de Gestão de Resíduos Urbanos". O art.º 91º determina no nº2 que "A Entidade Gestora deve assegurar a existência de equipamentos de deposição de resíduos urbanos indiferenciados a uma distância inferior a 100 metros do limite dos prédios em áreas urbanas, podendo essa distância ser aumentada para 200 metros em áreas predominantemente rurais." Ora, a medição da distância é feita em medição direta em reta, o que na realidade dificilmente acontece, num exemplo mais extremo para que se possa entender, a APIN considera cumprida a lei se o equipamento estiver na margem contrário do rio, na distância de 20m, mesmo que o utente precise de fazer 1 km e passar a ponte para o lado contrário para chegar ao equipamento. Assim, interpela-se o município para que junto da APIN promova a alteração do regulamento passando no mesmo a constar "a uma distância inferior a 100 metros do limite dos prédios em áreas urbanas" contabilizada através da via (estrada, caminho) mais rápida de acesso ao equipamento de deposição". ----

Pedro Santos, cumprimentou todos os presentes e referiu: "Sempre na perspetiva de proporcionar um serviço de apoio e assistência de excelência aos lousanenses o município da Lousã adquiriu e colocou ao serviço dos Bombeiros

AOX
a
h



Ant
G
A

da Louçã uma ambulância de Socorro. Este foi mais um investimento significativo realizado no âmbito da renovação da frota dos bombeiros municipais. Foi também aprovado um apoio financeiro de 27.000 euros aos Bombeiros Voluntários de Serpins. Estes investimentos são relevantes para que o dispositivo de Proteção Civil Municipal – no caso as corporações dos bombeiros, possam reforçar a sua operacionalidade e continuar a desempenhar a sua missão com as condições adequadas à prestação de serviço de qualidade à população.”

Maria Antunes, iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e disse: “Três meses após o início do presente ano letivo, urge que seja efetuada uma pequena reflexão sobre o estado da Educação e das nossas escolas, quer a nível nacional, assim como no nosso concelho. Como é de todos conhecido, vários são os problemas que podem ser apontados que estão relacionados com este sector e que, na nossa opinião, constituem uma das pedras basilares de qualquer sociedade: A Educação. A falta de professores e de assistentes operacionais, a escassez de apoios educativos direcionados para os alunos com necessidades específicas, o aumento da violência em contexto escolar e a significativa adesão às diversas greves ultimamente decretadas, constituem apenas alguns dos problemas com que as nossas escolas hoje se deparam. Várias são as vozes que se levantam sobre todas estas questões, onde a necessidade urgente de refletir sobre possíveis mudanças e melhorias no que diz respeito à transferência de competências na Educação, começa a destacar-se e a ganhar consistência. Revelador da urgência desta reflexão e de se ter de agir em áreas como a que diz respeito ao pessoal não docente, é o facto de já terem sido apontadas propostas, como a revisão da portaria de rácios, portaria nº 73- A/2021, de 30 de março, prevendo um aumento do número de funcionários nas escolas, melhoria das condições de trabalho do pessoal não docente, criação de carreiras especiais, formação adequada, entre outras. Neste contexto, e, como estas questões são sentidas e constituem motivo de preocupação da nossa comunidade, a coligação PPD/PSD e CDS /PP “É Hora de Mudar” deixa aqui as seguintes questões: Qual o número de professores em falta no nosso concelho? Quantos funcionários /assistentes operacionais estão também em falta nas nossas escolas? Que propostas tem a CML no sentido de



colmatar estas dificuldades, manifestadas na elevada adesão que tiveram as recentes greves, originando o encerramento de algumas escolas do nosso concelho? Por último gostaríamos também de perguntar se, e como irá afetar o início das obras da Escola Secundária o facto do executivo não ter adjudicado o concurso dos contentores e ter aberto novo concurso. -----

Nelson Lopes, iniciou a intervenção cumprimentando todos os presentes e disse: "Permitam-me que comece por aqui destacar o vasto programa de atividades e iniciativas promovidas e/ou apoiadas pela autarquia ou organizadas em parceria com outras Associações do Concelho nesta época de Natal. Neste mês de dezembro, além da já habitual iluminação natalícia, que se tem vindo a estender, de uma forma muito original, a algumas aldeias de xisto através de um trabalho fantástico das comunidades locais, vamos ter Mercados de Natal, inúmeras e variadas atividades culturais e desportivas, uma interessante animação de rua e um importante estímulo ao comércio local através do já habitual sorteio de Natal. Temos verificado que, de ano para ano, o Executivo tem conseguido agregar mais entidades locais e dessa forma também acrescentar ao programa de Natal mais atividades e iniciativas que são da maior importância para a atratividade do Concelho, para a animação e a promoção do convívio entre a população e para o tão necessário estímulo ao nosso comércio local e, simultaneamente, representam bons exemplos de parceria e cooperação entre o Município e as Associações do Concelho. Antes de terminar e noutra âmbito, queria aqui realçar que, na semana em que se comemorou o Dia Mundial do Transporte Sustentável, foram colocados em funcionamento cinco novos postos de carregamento de veículos elétricos, dispondo agora o Concelho de um total de nove postos. Importa recordar que, também nesta matéria, a Louçã tem sido um Concelho exemplo. Foi dos primeiros Concelhos da Região a instalar pontos de carregamento no espaço público e o Executivo tem aproveitado os programas de apoio à mobilidade elétrica na administração pública que, além de infraestruturas, permitiu financiar a aquisição de viaturas elétricas. Assim e tendo em conta a aceleração que se tem verificado na transição para a mobilidade elétrica, parece-nos muito oportuno este acréscimo no número de postos de

As X
Q
L



carregamento, que vem acrescentar capacidade de resposta neste domínio a quem cá vive, mas também a quem nos visita". -----

Santinho Antunes interveio cumprimentando todos os presentes e referiu; "A Assembleia da República aprovou, no dia 18 de outubro, uma proposta de lei que obriga as autarquias locais a publicar, a partir de 1 de janeiro de 2025, as deliberações nos jornais regionais ou locais sob pena de perderem validade. Aprovado antes pelo Conselho de Ministros, no dia 8, o diploma modifica o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL) quanto às regras de publicidade das deliberações nos meios de comunicação regionais e locais, impressos ou digitais. Tem ainda como objetivo "promover a visibilidade das decisões políticas"; "contribuir para o acompanhamento e escrutínio das mesmas por parte dos cidadãos e "apoiar os jornais regionais ou locais, jornais digitais ou sítios da Internet das rádios regionais ou locais". Ora, é de salutar esta imposição que se espera que venha a ser cumprida por este executivo e assembleia a partir do próximo mês, e que permita a esta assembleia municipal ultrapassar minimamente o entrave democrático de que foi vítima durante este mandato, com o fim da Transmissão online das assembleias. Pode a maioria PS escudar-se em várias justificações para mais de 2 anos de interrupção da democracia, mas que não existam quaisquer dúvidas que a responsabilidade é só do grupo municipal do PS. Pode dizer que a razão está num regimento que ainda não foi concluído, mas que diga-se a bem da verdade, que os elementos da comissão do regimento do grupo municipal É Hora de Mudar, em dezembro 2022, apresentou uma proposta de regimento completa, que previa a transmissão e só não está em vigor porque não foi aceite pelos restante grupos, que ainda estão a discutir as alterações que pretendem fazer à proposta apresentada. Mas esta não poderá ser a justificação pois bastava a esta assembleia aprovar um aditamento ao regimento sobre esta matéria da transmissão deixando o restante regimento em construção como tem estado. E se o problema não fosse este, mas fosse outro como o RGPD o mesmo também não impede a gravação e transmissão da imagem e voz de nenhum cidadão, apenas exige que essa gravação e transmissão sejam autorizadas, como acontece em várias assembleias, mediante assinatura de uma declaração de autorização. E mesmo

Ag.
g
h



1
h

que esta não fosse a questão, mas sim a lei das autarquias locais, certo é que a mesma também é omissa quanto a este assunto, ou seja, não proíbe. Em conclusão o único motivo pelo qual as transmissões não estão a ser efetuadas é porque estamos dependentes da boa vontade de uma maioria que continua a esconder a assembleia, como se não quisesse demonstrar o trabalho feito pelos grupos municipais, o que a nosso ver constitui um atentado à democracia, registado por moção apresentada pelo grupo municipal é hora de mudar, em setembro de 2022 reprovada por 15 votos contra do PS, sendo algo que manchará este mandato democraticamente para sempre, pois não existe nada que possa compensar tal situação". -----

Joel Fernandes - iniciou a intervenção apresentando cumprimentos a todos os presentes e começou por dar um apontamento sobre a moção referida pelo deputado Santinho Antunes e disse que "esta foi reprovada na sua integralidade e não por um pormenor, e como já foi dito pelo grupo municipal do PS e volto a reafirmar não tem absolutamente nada contra a Transmissão das assembleias, pelo contrário, acreditamos que seria também uma mais-valia para nós poderemos demonstrar o trabalho que é feito nesta Assembleia". Referindo-se ao Metro Mondego, informou que o tribunal administrativo do Sul levantou a suspensão que tinha aplicado sobre a instalação de equipamentos de segurança, presumindo agora que este projeto irá voltar a sua normal conclusão pese este atraso e como foi referido em nota pela própria entidade são 180 dias agora para a produção desta obra. Disse ainda a este propósito a necessidade de alguns ajustes legislativos nestes processos que interferem bastante com interesse Público e a facilidade que é de causar entraves a projetos tão importantes. Destacou a viagem experimental, do Metro bus que foi realizada no dia 30 de novembro na semana da igualdade, expondo que foi uma viagem bastante interessante em que demonstrou várias mais valias do que será o futuro deste sistema de transporte. Acerca do helicóptero do aeródromo municipal, referiu que o grupo municipal do PS lousã presta todo o apoio à contestação apresentada pelo executivo e que a situação agora decidida, seja revertida. Evidenciou que a partir de janeiro de 2025, e por proposta do Partido Socialista, várias Scuts do país deixarão, em alguns troços,



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'A. Antunes'.

de pagar portagem dando o exemplo da A13. Corroborou as preocupações da deputada Maria Antunes em relação à educação acrescentando que este é um assunto nacional que deve ter tratamento do Estado independentemente de qual seja o governo, e com a recente mudança de governo os problemas não desaparecem. Mencionou as comemorações do centenário de Mário Soares e referiu ainda outros pais da democracia, como Álvaro Cunhal, Sá Carneiro, Digo Freitas do Amaral reforçando que o contributo destas quatro figuras do nosso estado sejam sempre lembradas e talvez relembrar cada vez que há uma efeméride relacionado a qualquer um deles, relembrar todos os que deram o seu contributo para a construção da nossa identidade e do nosso futuro até porque como vemos pela situação geoestratégica e geopolítica mundial cada vez teremos mais desafios para a nossa democracia e para a democracia coletiva. -----

Santinho Antunes, interveio dizendo que tomado o conhecimento da posição do PS e que, agora a assembleia tem na sua maioria a vontade para que as transmissões voltem a acontecer e atendendo à declaração que foi dada ao Público que representa e autoriza a captação, utilização e divulgação de imagens obtidas durante e realização da sessão deste órgão e sem prejuízo de uma melhor preparação para a próxima Assembleia interpelo a mesa para que junto a todos os deputados proponham que a próxima assembleia já possa ser transmitida ficando cumprido a vontade geral. -----

Joel Fernandes, interpelou a mesa dizendo que o grupo municipal do PS mantém a posição em sede de revisão do Regimento e que os entraves apresentados "são conhecidos e mantêm-se; já foi várias vezes falado em comissão de Regimento que este assunto seria tratado lá e não na Assembleia municipal em teoria e em tese temos todo interesse" -----

Maria Fernanda Franca, interveio cumprimentando todos os presentes e começou por referir que "Há cerca de duas décadas foi por mim efetuada, uma proposta na qualidade de Vereadora com o pelouro de Parques e Jardins Feiras que foi aprovada e executada com toda a brevidade. Tratava-se dos mictórios para canídeos instalados na Praça Sá Carneiro e outros espaços verdes, evitando a deposição de dejetos sólidos e líquidos nos relvados e



passeios e o seu reflexo no contexto de saúde pública. Constatamos atualmente que esse procedimento está desativado parecendo estar esquecido na gaveta o Regulamento de Saúde e Bem-Estar Animal do Município da Lousã. O documento que além de proteger o bem-estar animal isto é, o estado de equilíbrio fisiológico e etológico de um animal; (comportamento animal) contempla a interação animal, Homem e Ambiente. Infelizmente, a falta de educação de alguns tutores de animais domésticos é bem evidente na prática, e cumpre o município adotar as diligências necessárias para evitar situações de insalubridade, nomeadamente depor ou abandonar dejetos de animais na via pública, nos jardins ou em qualquer local do domínio público e outros, começando por uma iniciativa pedagógica, com menção de tal comportamento ser passível de contraordenação: Assim solicitávamos à Autarquia que colocasse sinalética específica para esta situação nos locais que são objeto de passeio higiénico, dos animais pelos donos ou acompanhantes, nomeadamente, Jardim da Família, Parque Carlos Reis e outros Jardins e espaços verdes, praias fluviais do Concelho, que estarão inventariados. Temos de lembrar, sempre que dejetos de animais são uma questão de saúde pública e educação, além de interferir na estética do concelho. Outro assunto relevante que o Grupo É Hora de mudar pretende relembrar é o compromisso assumido pela Metro Mondego, e noticiada no jornal publico em 16 de março de 2022, quando referiu que por cada árvore abatida em Coimbra serão plantadas 3 na cidade de Coimbra, comprometendo-se a Metro Mondego a realizar ações semelhantes nos municípios de Miranda do Corvo e Lousã", por onde passará também o sistema de transportes. Tal esquecimento da Lousã pelo metro mondego, é no mínimo estranha quando o Sr. Presidente é membro da Direção, pelo que questiono se este compromisso também foi esquecido?" -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra e começou por referir-se ao desenvolvimento do processo da desagregação da freguesia da lousã e Vilarinho realçando da intervenção da Senhora Presidente da junta, nomeadamente na unanimidade no trabalho desenvolvido para que este

AX
 Or
 M



objetivo possa ser concretizado em termos de tempo e de forma que seja colocado em prática dentro daquilo que foi definido. Em resposta ao deputado **António José Gonçalves** e relativamente ao Jardim da Câmara municipal informou que estão a ser desenvolvidas as diligências necessárias para conseguir uma manutenção mais adequada do espaço. Acrescentou que uma intervenção mais profunda está correlacionada com outros objetivos que município tem vindo a desenvolver, mas que não tem a condição para que seja concretizado tão rápido como eventualmente seria necessário. Entretanto e dando razão a algumas observações feitas pelo Sr. deputado, informou que têm sido contactadas diversas entidades no sentido de conseguir a melhor intervenção e melhoramento do Jardim. Referindo-se à Rua do Comércio informou que até ao momento não existe mais nenhuma novidade, e quanto ao Louzanpark também não tinha mais informação. -----

Sobre a possibilidade de colocação de semáforos que regulem a saída de viaturas de emergência do quartel dos bombeiros, informou que iria verificar o ponto de situação e lembrou que a Câmara municipal tem o projeto pronto beneficiação da Avenida José Cardoso sendo que esse projeto contempla diversas situações, nomeadamente a melhor regulação da circulação automóvel e pedonal e a criação de melhores condições de permissão em termos de alguns espaços que serão configurados. Informou ainda que no ciclo de fundos comunitários Portugal 2030 se possa ter algum desenvolvimento relativamente a esta necessária requalificação da avenida doutor José Cardoso. Sobre os lugares pick and drive disse que mais do que a designação em si a pertinência, destes lugares têm como objetivo principal criar condições de maior acessibilidade em zonas de comércio e serviços para períodos curtos. Independente do gosto que tenhamos o que se comprova é que já existe a manifestação de vontade por parte do comércio e serviços para que possam ser aumentados estes lugares. Relativamente ao funcionamento dos processos de urbanismo informou que atendendo à alteração do PDM e ao facto de este ter estado suspenso, provocou o atraso em alguns processos, uma vez não haver poder de decisão. Informou ainda que sempre que é questionado o estado de um processo, ou em situações mais demoradas, que não tenha a ver

Ant
A



com esta situação, procura-se em intervir de modo a tornar o processo mais célere tendo atenção à especificidade do tipo de processos. Expôs ainda que existem vários processos que não dependem unicamente da Câmara e que obrigam a pareceres de outras entidades, às quais não é possível controlar os prazos o que muitas vezes provoca a demora na decisão de alguns processos, contudo afirmou que irá verificar se existe alguma situação que não se justifique por estas razões e que possa ser vista de outra forma. -----

Referindo-se à intervenção na estrada de acesso ao Castelo/ Senhora da Piedade disse que é uma empreitada que tem especificidades técnicas, tem uma exigência de execução um pouco mais significativa do que a generalidade das intervenções em vias. Foi executado um primeiro trabalho e neste momento irá ser dado seguimento no início do próximo ano a segunda etapa da intervenção. A sustentação e estabilização do talude englobará toda a plataforma e a aplicação da estrutura dos passadiços, sendo após esta intervenção necessário reaplicar a estrutura de madeira. Referiu-se a intervenção do deputado **Marco Sequeira** reforçando a importância do Galardão ECO XXI, e tudo o que lhe está subjacente e pelo facto de que, para além de ser há 11 anos o que revela a existência de políticas públicas com objetivos pertinentes, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável, foi alcançado um resultado relevante e a classificação evidencia a importância das iniciativas de projetos desenvolvidos. No seguimento da intervenção deputado **Pedro Santos** acrescentou que para além do investimento que referiu, está a ser preparada uma candidatura no âmbito do Portugal 2030 que tem como objetivo de dotar o corpo de bombeiros municipais com uma nova viatura de combate a incêndio, para além de outros investimentos que têm vindo a ser feitos e de outras questões relativamente ao universo da Proteção Civil no Concelho. Referiu-se ao aeródromo municipal como sendo uma infraestrutura que serve o país e cujo investimento manutenção e beneficiação é suportado pela Câmara municipal. Acrescentou que o executivo foi confrontado recentemente com a decisão da não permanência do helicóptero no aeródromo, decisão com a qual não concordaram e que já contestaram, a qual já foi comunicada como definitiva,



e assim, o helicóptero que até agora tem estado em permanência no aeródromo deixará de estar. A razão pela qual alegam esta retirada é devido à ociosidade do equipamento, decisão com a qual o executivo entende não ser adequada ao que tem sido a prática e os fundamentos da presença deste helicóptero. Quanto a intervenção da deputada **Maria Guilhermina Antunes** esclareceu que as questões são na generalidade comuns em todo o país e carecem, da parte do estado central, da criação de condições para dar maior estabilidade e melhor funcionamento ao setor da educação. Em resposta as questões colocadas relativas ao município da lousã, informou que a Lousã sempre lutou pela revisão da portaria dos rácios na sua generalidade e mais especificamente no que diz respeito às crianças e jovens com necessidades educativas especiais, promovendo várias iniciativas e diligências para que esta revisão seja concretizada com a maior rapidez possível. No que diz respeito a professores e apesar de não ser uma competência dos municípios, a informação existente é que há 2 professores do primeiro ciclo que não aceitaram a colocação, um professor físico-química que não foi colocado e um professor de educação especial que aceitou, hoje, o lugar e começará a trabalhar amanhã. Quanto aos assistentes operacionais informou que o município da Lousã tem um rácio definido de 92 assistentes operacionais e neste momento existem 102, o que tem acontecido é um conjunto de baixas médicas que têm prejudicado relativamente este número. O município tem feito esforços nos procedimentos de recrutamento quer seja no regime de bolsa de recrutamento para substituições temporárias, quer seja para recrutamento em termos de substituição definitiva de trabalhadores desta área. Respondendo à questão sobre a intervenção na escola secundária, esclareceu que no que se refere à empreitada de reabilitação da escola, o contrato está assinado, tendo decorrido ao mesmo tempo o concurso para a contratação dos contentores necessários à substituição das salas de aula. O primeiro concurso ficou deserto o que obrigou ao lançamento de novo procedimento, estando prevista a colocação dos contentores a partir do final de janeiro, de forma a fazer-se a transferência da comunidade escolar para que se dê início aos trabalhos de requalificação. No seguimento da intervenção do deputado **Nelson Lopes**

Antunes
G
L



salientou a medida que em conjugação com a associação empresarial e a verba que está disponibilizada pela Câmara municipal referente ao concurso de Natal, que tem como objetivo despertar o interesse em comprar num comércio de proximidade. Referindo-se á intervenção do deputado **Santinho Antunes** disse que irá ser cumprida a lei relativamente à divulgação das deliberações, o que já acontece, uma vez que já são divulgadas de várias formas, assim o governo português cumpra o preâmbulo da lei ao fornecer os meios necessários, pois grande parte das vezes são criadas medidas pelo governo que tem de ser os municípios a suportar. Exemplo disso foi a recentemente proposta de diminuição do IMI, e que até ao momento não perspectiva nenhuma compensação aos municípios pela possível perda de receita. Em relação ao metro Mondego deu nota que o tribunal administrativo e fiscal decidiu levantar o efeito suspensivo, e que apesar da grande penalização relativamente à concretização da entrada em funcionamento do sistema mobilidade Mondego, importa agora que se possa beneficiar o mais rapidamente possível deste sistema de mobilidade. Em termos de mobilidade salientou ainda o fim das portagens, na A 13 já a partir de janeiro e a importância dessa via na Acessibilidade à região. -----

No seguimento da intervenção da deputada **Fernanda Franca** informou que toma boa nota das questões colocadas no que diz respeito à saúde pública e aos locais destinados aos animais para minorar a perturbação do espaço público. A deputada **Fernanda Franca**, acrescentou à sua intervenção a necessidade de colocar placas com o valor das coimas a aplicar as pessoas que não respeitem os locais adequados para os animais, ao que o **Sr. Presidente** respondeu que já tudo isso foi feito inclusive a divulgação por outros meios dessas normas e das coimas inerentes. Em referência à plantação de árvores pelo metro Mondego, informou que esta será concretizada, lembrando que se deve ter em conta o que foi a necessidade de abate de árvores na cidade de Coimbra é completamente diferente daquela que aconteceu na Louçã e em Miranda do Corvo. Ao deputado **João Curvelo** disse não haver necessidade de mudar o regulamento de atividade APIN, uma vez que perante a situação

AA
A
k



apresentada deverá imperar o bom senso de se ajustar a colocação dos contentores às necessidades dos munícipes. -----

Santinho Antunes, fez uma interpelação à mesa e no seguimento da intervenção do Sr. Presidente sobre a questão do helicóptero, que sendo uma posição de interesse comum o executivo não deve ficar sozinho nessa posição e por isso *“deveríamos todos tomar um voto de posição, um voto de repúdio contra a retirada do helicóptero seguindo os mesmos termos que constam na ação tomada pelo município”*. Propondo que a Assembleia delibere nesse sentido” -----

Joel Fernandes, interveio manifestando a concordância com a proposta, questionando se será redigido novo documento ou se será tomada a posição pela Assembleia municipal de apoio a tomada de posição do executivo. -----

A Srª Presidente da Mesa, tomou a palavra e colocou à consideração a Tomada de Posição apresentada pelo deputado Santinho Antunes, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

António José Gonçalves, solicitou interpelação à mesa afirmou estar à espera de uma explicação, por parte da presidente da mesa, sobre a crítica que fez na anterior intervenção sobre o funcionamento da ordem, no período antes da ordem do dia. Disse, *“não basta fazer discursos bonitos do 25 de abril quando não colocamos a liberdade e a democracia em prática”* Acrescentou que a oposição já conseguiu algumas vitórias, nomeadamente na inserção de datas na informação escrita do senhor Presidente. Dirigindo-se ao Sr. Presidente disse não conseguir perceber como é que não consegue responder se o louzanpark está ou não legal, uma vez que tem ao seu lado 3 vereadores e 2 assessores que são ao mesmo tempo deputados e não consegue responder à questão. -----

A Presidente da Mesa, tomou a palavra e esclareceu que numa das reuniões com os líderes dos grupos municipais, foi decidido a determinada altura que no ponto 0 e no ponto 1, fossem alternadas as intervenções, neste caso tínhamos 5 deputados do PS e 4 do PSD, daí a ordem ter começado pelo partido Socialista.

for
A



Handwritten signature and initials in blue ink.

PONTO UM DA ORDEM DE TRABALHOS:

1 - Apreciação de uma Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal (doc. nº 1 (um)).

Inscrições: João Curvelo; Sérgio Pedroso, António José Gonçalves, Daniela Santos, Patrícia Ramalheiro, Luís Martins, Joel Fernandes, Helena Correia, Ana Bandeira

Patrícia Ramalheiro, iniciou a intervenção cumprimentando todos os presentes e referiu: *A cultura tem o poder real de aproximar as pessoas de as conectar. Ela inspira, educa, emociona, conta histórias de gentes e do tempo. A arte transforma uma sociedade inteira. Não pode acontecer sem apoios, incentivos, investimentos imprescindíveis em qualquer contexto. Nunca foi tão óbvia a importância de investir na cultura como nos tempos de hoje. Exemplo disso é sem dúvida o mais recente espaço cultural da Louçã, O nosso teatro Municipal. Uma excelente aposta deste executivo, que sempre acreditou nesta obra! Recentemente inaugurado, num evento que contou com momentos teatrais, com artistas pertencentes a entidades culturais da Louçã. Para além dos momentos teatrais, foi inaugurada uma exposição ilustrativa da vida do teatro desde a sua fundação em 1947. A reabilitação desta obra é sem dúvida uma homenagem aos que lutaram e acreditaram na sua concretização e na importância que viria a ter na Louçã. Um teatro renovado com novas valências e funcionalidades e com uma aposta clara na diversidade e qualidade da programação, direcionada esta para diferentes públicos, trazendo assim para o 1 semestre já se 2025 alguns nomes conceituados da nossa música portuguesa como: Pedro Abrunhosa, Paulo de Carvalho, Jorge Palma, Bárbara Tinoco entre outros artistas locais e nacionais da arte dos espetáculos. A valorização da produção cultural do concelho foi e continua a ser um objetivo deste executivo, chamando assim ao "palco" os nossos artistas locais. Da requalificação do teatro municipal, falamos também de outra requalificação tão ou mais importante que é a casa museu Carlos Reis, um investimento total de 236,715,61 milhões de euros cofinanciado pelo PRR2020, que possibilitou a reabilitação da*



[Handwritten signature]

casa da lagartixa, devolvendo assim mais um espaço cultural á comunidade lousanense. Fruto da preservação do património arquitetónico cultural, este novo espaço permite uma confluência e inspiração de novos olhares sobre a urbe e a serra. A arte, a cultura e a educação preservam o património, resgatam história e perpetuam valores." -----

Daniela Santos interveio cumprimentando todos os presentes, agradeceu o Postal de Natal e manifestou a sua indignação por este não ser acessível a todos, uma vez que se encontrava um invisual na sala. Continuou dizendo, *"Passados dias após a feira do mel e da castanha, como vem sendo hábito, é altura de refletir sobre a mesma. Este ano, devido às condições atmosféricas adversas tivemos dois fins de semana desta. É de salientar o que é bom e repensar o que vem sendo falado, mas nada alterado, sendo realidade que continuamos a utilizar um equipamento destinado a mercado para eventos. Destacamos como ponto positivo o espaço da restauração, com o empenho das várias associações que estiveram presentes para dar a degustar algumas das nossas especialidades lousanenses. No entanto, questionamos, novamente, se no S. João não podemos ter o mesmo, com as devidas alterações, sendo no exterior com as tradicionais tasquinhas. Era importante dar condições a estas ou outras associações para poderem fazer o mesmo, que é tão bem feito. Do mesmo modo, os produtores presentes para a venda dos produtos endógenos, estão, também, de parabéns, porque mais um ano estiveram a mostrar o que de melhor se produz. Outro ponto que tem vindo a ser falado por nós e muitos visitantes é a falta de ventilação, dentro e fora do espaço da Nave de Exposições, mas, principalmente, na tenda onde estiveram os artistas. Ainda dentro deste assunto, comparando, mais uma vez, com a feira anual de S. João, consideramos que ambas as festas deveriam ter uma programação de qualidade com artista de renome, devendo existir sempre um dia para músicos da Lousã, em ambas as feiras. A prova de que vale a pena existir um investimento na programação é o cineteatro, que facilmente esgota quando se traz um grupo ou companhia de teatro de renome ou da Lousã, dando os parabéns pela programação apresentada para este semestre. É com esta preocupação de boa utilização do equipamento que questionamos qual o*



projeto do executivo para as datas em que não existem programas que esgotam o cineteatro, haverá espaço para associações locais se promoverem, utilizando assim o cineteatro para outras valências? estão pensados protocolos entre a Câmara Municipal e as associações locais, e com o agrupamento de escolas. Deste modo teríamos uma dinamização cultural do concelho, com especial relevo para as crianças e idosos, nomeadamente festas de Natal, final de ano letivo, entre outras." -----

Ana Bandeira começou a intervenção cumprimentando todos os presentes e disse: "É com enorme satisfação que celebramos o sucesso da 33ª edição da Feira do Mel e da Castanha, que decorreu na Lousã de 22 a 24 de novembro de 2024 e de 29 de novembro a 1 de dezembro. A imprevisibilidade registada em termos de condições meteorológicas, com ventos fortes obrigou ao encerramento da Tenda dos Endógenos e da Gastronomia, situadas no exterior e, por razões de segurança foi decidida a continuidade do evento, no fim de semana seguinte. Este evento, já consolidado como um marco no calendário regional e nacional, voltou a destacar-se pela promoção dos nossos produtos endógenos e pela celebração das tradições locais. A castanha e o mel, tão presentes na nossa identidade cultural e gastronómica, simbolizam a generosidade da nossa terra e o trabalho incansável dos nossos produtores locais. Este evento é uma oportunidade de homenagear o esforço daqueles que preservam as tradições e nos oferecem produtos de excelência. O Parque Municipal de Exposições acolheu mais de uma centena de expositores, entre apicultores, produtores de castanha e outros produtos regionais, instituições e tasquinhas gastronómicas dinamizadas por associações locais. A aposta no Mel DOP Serra da Lousã, na castanha, enchidos, licores, vinhos e cervejas artesanais reforçou a autenticidade e qualidade que caracterizam este certame. A animação foi uma constante ao longo dos três dias, com atividades promovidas por instituições e artistas locais, bem como atuações de renome nacional. O programa de animação de dimensão nacional cria todas as condições para a atratividade deste certame, a visita de milhares de visitantes, cumprindo-se assim o objetivo de tornar esta Feira, o maior Festival de Outono da região. A par deste certame realçar ainda a realização do XVII Festival Gastronómico

AX
Q
A



Sabores de Outono, de 18 a 27 de outubro que celebrou a gastronomia local, promovendo igualmente os agentes locais envolvidos. Mais uma forma de aumentar a visibilidade da Lousã e de promover o desenvolvimento económico regional. Este ano, a feira da Castanha e do Mel assumiu também um compromisso ambiental, sendo reconhecida como um Eco evento ERSUC, com a utilização de copos recicláveis no recinto, demonstrando a nossa responsabilidade e preocupação com a sustentabilidade. Esta preocupação ambiental e ações consequentes permitem ao Município que se posicione no 6º lugar nacional, na atribuição do galardão ECOXXI vinte e um, pela 11ª vez consecutiva. Agradecemos a todos os que contribuíram para o êxito desta edição: expositores, associações, artistas, visitantes e, em especial, à comunidade lousanense, que mais uma vez demonstrou o seu espírito acolhedor e dinamismo. Que este sucesso nos inspire a continuar a valorizar e promover as nossas tradições e produtos locais, fortalecendo a identidade da Lousã." -----

João Curvelo, interveio dizendo que a posição do deputado Joel Fernandes em nome do Grupo Parlamentar do PS sobre a transmissão das assembleias não é de responsabilidade, uma vez que é de acordo com a transmissão, mas só depois do novo regimento aprovado, o que não é praticável. Continuou dizendo "Sr. Presidente, é referido que no dia 13 de novembro visitou investimentos realizados pela APIN no nosso concelho. Gostaria de saber se visitaram o resultado negativo de 2,5 milhões de euros que a APIN apresenta no Anuário Financeiro dos Municípios relativo a 2023, um verdadeiro record, pois é o pior resultado a nível nacional entre empresas municipais e intermunicipais. Resultado que se agravou em relação a 2022 quando foi registado um resultado negativo de 1,7 milhões de euros. No mesmo anuário, a APIN surge com o 7º maior passivo exigível que quantifica se em 36,6 milhões de euros, valor que tem vindo a aumentar substancialmente desde a sua criação. Por exemplo, no ano anterior, e falamos em apenas um ano de diferença, este valor era 22 milhões de euros. Um aumento de 14,6 milhões de euros ou, se quisermos, um aumento de 66,4% aproximadamente. Tudo isto em apenas um ano. Sr. Presidente, como se altera esta situação catastrófica? Vai ter lugar um aumento de tarifários que



AX
A
M

compense os custos operacionais? Questiono se este cenário compensa as poucas obras feitas no concelho da Lousã até ao momento? A que se deve este agravamento? Conseguiremos inverter a tendência? Voltamos a questionar se a APIN é viável a médio e longo prazos qual é a solução estrutural e de futuro para APIN, se esta tem sequer futuro.” -----

Luís Martins, interveio cumprimentando todos os presentes e partilhou informações tendo como base o ponto 1 da Informação n.º 5/2024, onde deu ênfase a duas das candidaturas do Município relativas ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), referindo que são efetivamente dois projetos estruturantes para o setor educativo da Lousã, que representam um investimento total de 12,6 milhões de euros. Falou na requalificação da Escola Secundária da Lousã com um valor de 6.665.000€, obra já submetida e adjudicada e que será um marco na modernização de um espaço essencial para o ensino secundário, beneficiando centenas de alunos. A requalificação da Escola Básica n.º 2 (EB2) com um orçamento de 5.975.000€, atualmente em análise pela CCDRC, este projeto demonstra o empenho do município em assegurar o financiamento necessário para criar condições de ensino de excelência. Referiu ainda que estas intervenções não são apenas obras, são investimentos no futuro da educação, na construção de uma Lousã mais inclusiva, coesa e preparada para os desafios presentes e futuros. -----

António José Gonçalves, interveio para falar sobre a Feira do Mel e da Castanha, reconheceu que o executivo não teve culpa do mau tempo que se fez sentir na lousã, mas referiu que a nave de exposições não foi construída para ser um espaço de eventos, mas sim um mercado, tendo sido adaptado a parque de exposições à posterior, daí ainda hoje existir o mercado em local separado da feira. Continuou referindo que há mais de 15 anos que a Lousã não tem uma obra nobre, que o Teatro foi uma obra de requalificação e que o Metro bus não é uma obra do município. Sugeriu a criação de um centro de exposições, que poderia ser um novo pavilhão junto a nave de exposições com um estacionamento subterrâneo, ou então noutra local porque a Lousã precisa de uma obra digna de registo, uma vez que são vários os eventos realizados,



dando como exemplo a Feira do Mel e da Castanha e o S. João. -----

Joel Fernandes, interveio, e fazendo menção à APIN referiu o investimento de 4 milhões de euros em 2 anos e acrescentou que mantendo o sistema usado pelo município para fornecimento de água, saneamento e recolha de resíduos, não seria possível suportar um investimento desse valor. Referiu-se ao metro mondego dando nota da Assembleia intermunicipal onde foi apresentado o sistema de bilhética intermodal semelhante ao que funciona nas regiões metropolitanas de Lisboa ou Porto o qual permite que com a aquisição de um título de transporte possa viajar em várias tipologias de transportes coletivos. ---

Sérgio Pedroso, interveio cumprimentando todos os presentes e disse: *“Antes de entrar na análise à informação financeira queria só dar os Parabéns ao Executivo pelas Inaugurações do Espaço Cidadão em Vilarinho e nas Gândaras que permitem que os Lousanenses vejam alguns serviços descentralizados e mais perto de si. Também aqui trazia a pergunta quanto à desagregação da freguesia, mas a Dr.ª Helena e o Sr. Presidente já deixaram o devido conhecimento. Como vilarinhense, fico contente e agradecido com os esclarecimentos. Senhor Presidente, pela informação financeira prestada à data de 30 de novembro de 2024 que apresenta uma taxa de execução de 72,95 % no que respeita ao orçamento da receita e no que ao orçamento da despesa diz respeito de 65,03 %, sabemos que se deve principalmente aos valores de transferências de capital e aquisição de bens de capital, mas parece-nos, e a um mês de concluir o ano um valor baixo, por isso alertamos o executivo para o indicador dos 85 %, que é o limite para que se desencadeiem os mecanismos de alerta definidos no n.º 3 do art.º 56.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro. Quanto à situação patrimonial face a 01/01/2024 e no que diz respeito às dívidas a terceiros, verifica-se um aumento nas dívidas de médio e longo prazo em cerca de 28,25 % (+803.230 €) que são financiamentos obtidos, e uma diminuição significativa nas dívidas de curto prazo em cerca de 58,32 % (-1.275.855 €) onde a maior parte diz respeito a Fornecedores (-184.056 €) e a Outras Contas a Pagar cerca de -869.013 € que certamente dizem respeito em grande parte à estimativa com as férias e subsídio de férias dos funcionários. Em*



relação à regra do equilíbrio orçamental como ao limite da dívida total verificasse o seu cumprimento. Quanto à lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso apraz-nos ver que o município da Louçã não tem pagamentos em atraso e continua a praticar um Prazo Médio de Pagamentos de 22 dias." -----

Helena Correia, interveio dizendo "A minha intervenção serve para destacar duas ações recentes que valorizam e dignificam o trabalho de proximidade, não só com os nossos fregueses/ munícipes, mas também do trabalho desenvolvido em parceria entre a CML e as Juntas de Freguesia. O primeiro é a inauguração e abertura de 2 espaços cidadão na freguesia de Louçã e Vilarinho (na delegação de Vilarinho) e na Freguesia das Gândaras. O conjunto de serviços disponibilizado por esta oferta é vasto e tem como objetivo, além da prestação do serviço, claro, aproximar o cidadão das tecnologias e contribuir para a sua autonomia no acesso a diversas áreas quase de rotina. O segundo é a itinerância do Balcão Bupi pelas freguesias (no caso de Louçã e Vilarinho) em 4 espaços e momentos diferentes: Vale de Maceira, delegação de Vilarinho, Padrão, Vale de Nogueira. Que registaram uma afluência muito significativa de interessados e boa concretização de registos dos imóveis. Registo que a Câmara Municipal da Louçã foi mais uma vez a vencedora de um prémio BUPI "Concurso Prémios BUPI 2023" na categoria de "Boas Práticas de Atendimento", atribuído pela Estrutura de Missão para a Expansão do Sistema de Informação Cadastral Simplificado-eBUPi, que tem como objetivo reconhecer o trabalho realizado pelos municípios e pelas comunidades intermunicipais pelo contributo para o sucesso do projeto Balcão Único do Prédio. Assim, e como costume dizer: as boas parcerias resultam em bom trabalho." -----

O **Senhor Presidente da Câmara** tomou a palavra e no seguimento da intervenção da Senhora deputada **Patrícia Ramalheiro** disse que a reabilitação e ampliação do teatro municipal e a casa Carlos Reis evidenciam o investimento muito expressivo na cultura do concelho. São dois equipamentos diferentes, mas ambos com um papel importante na dinamização da oferta cultural. No caso do teatro municipal referiu que se irá continuar a trabalhar de forma que os objetivos subjacentes a esta reabilitação e ao seu funcionamento

X
A
4



AA
A
h

continuem a ser concretizados para que exista uma maior participação de todos na programação e no funcionamento dos mesmos. Mencionando a intervenção da deputada **Daniela Santos**, disse tomar em boa nota ao reparo efetuado. Quanto à feira do mel, esclareceu que o modelo desta feira é distinto do da feira anual de São João, mas que se toma em boa nota algumas sugestões de melhoria apresentadas. No que diz respeito ao teatro e complementando a informação já dada anteriormente expôs que na programação do trimestre de outubro a dezembro e para o próximo semestre está presente a perspectiva de envolvimento dos vários agentes e para além do que é a programação de espetáculos, existe um conjunto de outras iniciativas em parceria com agentes locais, como é o caso da companhia marimbondo, da academia de bailado da lousã, da companhia de Teatro Encerrado para Obras. Acrescentou ainda que no último trimestre de 2025 serão concretizadas várias apresentações que já estão a ser trabalhadas e que adotam estas parcerias. Referiu ainda que relativamente às escolas tem havido e vai continuar a haver propostas, atividades e espetáculos específicos para a comunidade escolar. No seguimento da intervenção da deputada **Ana Bandeira** referiu que feira do mel é hoje um evento marcante não só na região, sendo a sua dimensão quantitativa e qualitativa uma referência a nível nacional e que importa continuar a potencializar. Fez referência ao galardão ECO XXI naquilo que é a pertinência deste trabalho está subjacente ao galardão atribuído e agradeceu a todos aqueles que colaboram, nomeadamente aos trabalhadores da autarquia, na concretização de mais variados objetivos e projetos, particularmente a feira de Mel e também o ECO XXI que é de facto um trabalho integrado da autarquia com outras entidades. -----

Informou o deputado **João Curvelo** que no dia 13 de novembro teve oportunidade de verificar alguns dos investimentos feitos pela APIN no concelho e que andam na ordem dos 5 milhões de euros que só foi possível concretizar no concelho em virtude da execução da APIN e das candidaturas que essa entidade conseguiu aprovar e concretizar, verificando-se que há investimentos importantes no que diz respeito à otimização da rede de água, nomeadamente no investimento que é feito no combate às perdas e respeita à eficiência



hídrica, o alargamento do abastecimento de águas na sua qualificação à freguesia de Serpins, a ampliação da rede de saneamento, o trabalho realizado na área dos resíduos, sobretudo no que diz respeito aos bio- resíduos. Quanto aos dados financeiros da APIN, informou que são conhecidos, e as questões e os factos que levam a esta situação também já têm sido debatidos em anteriores assembleias, principalmente o que está relacionado com o plano de investimentos e o seu impacto de execução, nomeadamente a necessidade de capitais próprios e contratação de empréstimos para concretizar este trabalho. Informou ainda que a atualização tarifária é decorrente do que são os critérios de atualização e de valor a praticar relativamente aos serviços prestados. O caminho da APIN tem sido difícil, mas espera-se que no futuro conseguirá dar continuidade à sua missão e cumprir o propósito para a qual foi criada. O deputado **Luís Martins** falou dos projetos PRR em particularmente nas questões da educação, ao que se pode somar a saúde - novo edifício do centro de saúde - e um conjunto de outros no âmbito da habitação que significam a maior captação de sempre em termos comunitários para o concelho. Tomou nota da sugestão do deputado **António José Gonçalves** a qual acrescentou que o executivo municipal tem tido sempre e vai ter até ao fim a preocupação da concretização dos projetos de forma sustentada nas suas várias dimensões tendo em conta que as infraestruturas não têm só exigência na sua construção, mas também do funcionamento, gestão e manutenção das mesmas. -----

No seguimento da intervenção do deputado **Joel Fernandes** sobre o projeto de mobilidade do mondego, acrescentou que no que diz respeito à bilhética, para além da questão de integração de um conjunto de outros sistemas de transporte, também os preços que estão previstos evidenciam ser bastante atrativos e potencializadores de uma utilização expressiva pela população. O passe mensal previsto para utilizadores dentro do concelho é de 30€ com utilização ilimitada; para utilização entre 2 concelho é de 35 € e quando abrange mais de 2 concelhos valor do passe mensal será de 40 €. Informou ainda que a partir do próximo ano será alterado o prestador de serviços no que diz respeito à mobilidade rodoviária - concurso Público Internacional realizado

AX
M



pela CIM região de Coimbra- e que também irá qualificar a oferta ao nível do transporte rodoviário de toda a região com uma frota renovada com um conjunto de condições de conforto e de serviços nas próprias viaturas adequado aos tempos que vivemos. Continuou associando-se ao deputado **Sérgio Pedroso** e à **Presidente de Junta da Louçã e Vilarinho** no que respeita à instalação dos espaços do cidadão e manifestou satisfação na sua concretização salientando o trabalho dos técnicos do município envolvidos na concretização deste objetivo. Quanto à informação financeira disse que não" sendo o desempenho que gostaríamos é um desempenho adequado e queremos continuar a trilhar este caminho no sentido de ter o equilíbrio financeiro da autarquia em permanência, e em simultâneo com a concretização de objetivos importantes e com algumas situações conjunturais que impactam negativamente a gestão financeira de instituições como a Câmara Municipal. Sobre a Taxa de execução e o cumprimento de 85%, disse ter presente essa meta e em semelhança dos anos anteriores não falhar o objetivo. Realçou a referência feita pela Senhora Presidente da Junta de Louçã e Vilarinho sobre a abertura dos espaços cidadão e do Bupi como mais reconhecimento alcançado pelo município, nomeadamente com o funcionamento do balcão único do prédio, sendo 2 exemplos de um trabalho mais vasto para seguir que tem concretização através de Contatos e inter-administrativos e autos de transferência e outros objetivos que estão sendo concretizados a fim de corresponder algumas necessidades e expectativas da população. -----

João Curvelo, fez uma interpelação á mesa para esclarecer que quando questionou sobre as alterações ao tarifário, foi se estas serão as decorrentes da inflação ou se existirá um aumento extraordinário no sentido de colmatar os custos operacionais que a APIN está a ter.-----

O Sr. Presidente respondeu que o aumento será superior à inflação, contudo não será em linha com a cobertura dos custos operacionais. -----

AA
g
h



ASX
A
H

PONTO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

2 – Apreciação e votação do Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2025. (doc. nº 2 (dois)).-----

Inscrições: António José Gonçalves, Santinho Antunes, Sérgio Pedroso, Joel Fernandes Nelson Lopes e Luís Martins. -----

Sérgio Pedroso, interveio dizendo: “Da análise ao Orçamento Municipal que para o ano de 2025 apresenta um valor global de 46.707.870 €, contra os 27.991.050 € do ano de 2024. Se do ano de 2023 para 2024 verificou-se um aumento de 7.333.944 € então agora verificamos de 2024 para 2025 um aumento de 18.716.820 € (que se deve principalmente à diferença na Rubrica de Transferências de Capital cerca de 16.574.980 € para fazer face à Aquisição de Bens de Investimento) de onde podemos retirar as seguintes conclusões: Em primeiro, congratular o Município pelo orçamento ambicioso que parece ser, veremos se se irá concretizar ou se iremos assistir a um ano de sucessivos orçamentos retificativos, o que não será inédito! Em segundo, infelizmente continuamos a assistir a um aumento desmesurado no que aos Impostos Diretos diz respeito, ou seja, só neste último mandato, de 2022 a 2025 iremos assistir a um aumento de 3.413.133 € para 4.362.915 €, ou seja, cerca de mais 949.782 €. Se a este valor somarmos o aumento também verificado na participação do IRS de cerca de 163.992 € então constatamos que desde 2022 o Município aumentou em mais de 1.113.774 € a rubrica Impostos Diretos mais a Participação no IRS. Em 2025 irão representar 9,34 % de toda a receita municipal e aproximadamente 21 % da receita corrente. O Grupo Municipal da coligação PPD/PSD.CDS-PP “É Hora de Mudar” não se revê nesta maneira de governar e, portanto, continua a afirmar que o executivo teve e tem margem para se quisesse, quiser, diminuir a carga fiscal que exerce sobre os Lousanenses! Gostaríamos que o Senhor Presidente tecesse um comentário e que de sua justiça afirme que as taxas que o município pratica são mesmo as que acha necessárias, estando a lesar os munícipes. Não me alongando este ano na análise ao orçamento, venho por último analisar as estimativas apresentadas pela APIN para os seus resultados dos anos de 2024 e 2025, ou seja, prevêem-se negativos de 4,2 milhões e 3,6 milhões respetivamente, é sempre a subtrair, a



subtrair no bolso dos Lousanenses pois além de pagarem as suas faturas mensalmente ainda veem o município desembolsar mais cerca de 900.000 € para colmatar a sua percentagem neste resultado, e Lousanenses preparem-se, pois a previsão para 2025 é da fatura aumentar em 9 % na água e em 19,6 % nos Resíduos! E mesmo assim não chega! Senhor Presidente pronuncie-se e esclareça os Lousanenses por favor." -----

Nelson Lopes, interveio cumprimentando todos os presentes dizendo: "Neste ponto permitam-me que elogie mais uma vez o trabalho do Executivo e dos técnicos da autarquia na elaboração deste documento que, como todos pudemos constatar, corresponde ao maior orçamento de sempre. Do que tive oportunidade de analisar, trata-se de um bom documento, tecnicamente bem elaborado, extremamente bem detalhado e bastante ambicioso, tanto no que diz respeito á continuidade do apoio às pessoas e às famílias, mas também no que se refere a importantes investimentos no Concelho. É também um documento que muito nos orgulha, pois ao mesmo tempo que dá suporte a uma estratégia de desenvolvimento sustentável e sustentado do nosso Concelho, representa também o culminar de um excelente percurso autárquico por parte deste Executivo, percurso esse que se tem pautado pelo bom cumprimento dos compromissos assumidos com os Lousanenses. É evidente e legítimo que todos podemos e devemos sempre ambicionar mais e, por outro lado, todos, sem exceção, gostaríamos de contribuir com menos impostos, mas também estou convencido que será mesmo consensual, que, sem recursos, não é possível dar continuidade a uma política que promove a coesão social e territorial e que ambiciona um Concelho cada vez mais desenvolvido e atrativo. E este é um orçamento muito prudente no que diz respeito ao objetivo permanente e responsável de equilíbrio financeiro da Autarquia, mas, tanto o orçamento como as Grandes Opções do Plano para o ano de 2025, não deixam de ser ambiciosos naquilo que são as políticas públicas de apoio às famílias e às empresas, nas transferências de verbas para as Freguesias, no apoio às Associações da Louçã e nos investimentos em importantes equipamentos e infraestruturas por todo o Concelho. O orçamento para o próximo ano ascende a um valor superior a 46 milhões de euros

AA
A



(quarenta e seis milhões de euros), tendo como eixos principais a coesão, a competitividade e desenvolvimento económico, a qualidade de vida e a gestão e administração municipal. No domínio dos investimentos previstos em equipamentos e infraestruturas, importa aqui realçar: As obras de requalificação da Escola Secundária e da Escola Básica nº 2, que, neste orçamento, representam, em conjunto, um investimento superior a 12,6 milhões de euros; a construção de um segundo edifício do Centro de Saúde, onde já está contemplado para 2025 um investimento de cerca de 1,4 milhões de euros; as várias obras programadas para a rede viária, a requalificação e expansão da Zona Industrial e ainda vários outros importantes investimentos no domínio das acessibilidades, na área do ambiente e na vertente da eficiência energética. Importa ainda destacar, no domínio da habitação e no âmbito dos vários programas a executar, um investimento previsto de cerca de 9 milhões de euros, bem como a dotação prevista para as transferências para as Juntas de freguesia, que permitirá a execução de várias e importantes obras de proximidade em todas as freguesias da Lousã, assim como verba prevista para apoio à Associação Empresarial que irá, certamente, patrocinar a concretização de ações e atividades de apoio e dinamização do nosso tecido empresarial. Em suma, é, de facto, um orçamento equilibrado e responsável, que, por um lado, irá dar o necessário suporte ao desenvolvimento de importantes obras no Concelho e, por outro lado, consigna os meios financeiros adequados para o previsto aumento dos custos de funcionamento e para a continuação de uma política de coesão social e territorial. Permitam-me, para terminar, que aproveite esta ocasião para enaltecer o trabalho do Executivo e dos técnicos da Autarquia no que diz respeito à captação de fundos comunitários. Essa capacidade é reconhecida na região e os orçamentos de anos anteriores tem comprovado esse mérito. Já era notável a quantidade de candidaturas submetidas aos vários Programas temáticos e operacionais do Portugal 2020 e o valor global das mesmas, mas este orçamento vem reforçar a perceção desse excelente trabalho, pois é o orçamento com a maior captação de sempre de verbas comunitárias! E não tenho dúvidas que é, em grande medida, por esse trabalho tão competente que estamos aqui a

AX
g
h



apreciar um orçamento bem construído e com um valor superior a 46 milhões de euros, que configura o maior orçamento de sempre e que terá o voto favorável do Grupo Municipal do PS." -----

António José Gonçalves prescindiu da palavra. -----

Luís Martins, interveio referindo-se às Grandes Opções do Plano 2025 disse que refletem um planeamento robusto, orientado para o equilíbrio financeiro e estratégico, consolidado ao longo das últimas legislaturas. Referenciou ser um documento que define prioridades claras, sustentadas por um valor total de 46.707.870,00€, o maior de sempre. "Dividido entre o Plano Plurianual de Investimentos (PPI): 44,38%; Atividades Mais Relevantes (AMR): 55,62%. Enfoque nos quatro objetivos estratégicos: coesão; competitividade e desenvolvimento económico; qualidade de vida e gestão e administração municipal." Continuou referindo que "a distribuição orçamental deu uma alocação por grandes áreas: Educação: 33%; Administração Geral: 27,57%; Habitação: 19,35%, Qualidade de Vida: 5,05%. No âmbito Educação o valor total é de 5.337.750,00 € (33% das GOP), tendo como principais projetos a requalificação da Escola Secundária da Louçã, a requalificação Escola Básica n.º 2, a alimentação escolar, transportes gratuitos, materiais didáticos e o enfoque na igualdade de acesso e inovação pedagógica. No que concerne à habitação existe um valor total: 9.037.800,00 € (19,35% das GOP), com destaque para Programa 1.º Direito, o programa de Habitações a Custos Acessíveis e o BNAUT, sempre com o objetivo de Inclusão social e combate à exclusão habitacional. Continuou aludindo que a sustentabilidade ambiental engloba um valor total de 1.498.350,00 €, tendo como principais projetos o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios; a eficiência energética em edifícios municipais; a "Gestão da Bacia do Rio Ceira" e o Programa "Condomínio de Aldeia". No âmbito da mobilidade o Valor total: 1.715.950,00 € (3,67% das GOP), tendo como projetos em destaque a estabilização da EM 580 e a variante à Louçã; a requalificação da rede viária municipal e a promoção do transporte público nomeadamente a UrbLouçã e transportes ocasionais. No que se refere ao alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável mencionou o ODS 4 (Educação): 8.320.000,00 € ODS 8 (Trabalho digno e crescimento

AA.
A



económico): 4.990.000,00 € ; ODS 10 (Redução de desigualdades): 4.640.000,00 € (9,93%) e outros: ODS 7, ODS 13, ODS 11." -----

No âmbito da Cultura, Desporto e Juventude, referiu que a "cultura tem uma parcela de 955.600,00 €, dividida pelo Teatro Municipal da Louçã - 600.000,00 €; Apoio a entidades culturais -150.000,00 €; o desporto -519.100,00 €; apoio a clubes desportivos: 220.000,00 €. A juventude engloba 65.700,00 € - Bolsas de estudo e estágios de verão. Terminou referindo que os Investimentos estratégicos em educação, habitação e Sustentabilidade; o foco no alinhamento com os ODS; a Melhoria da qualidade de vida e inclusão social e as GOP de 2025 são o alicerce para um futuro mais sustentável, inclusivo e inovador no Município da Louçã." -----

Santinho Antunes iniciou a intervenção apresentando a declaração de voto Grupo Municipal "É Hora de Mudar" da Coligação do PSD/CDS sobre o documento em apreço: " Este é efetivamente um orçamento de fim de ciclo político que chega atrasado, tal como chegou tarde aos deputados da assembleia municipal da Louçã, incumprindo com o disposto no Artigo 45.º da Lei 73/2013 relativa ao Calendário orçamental, que exige que o órgão executivo apresente ao órgão deliberativo, até 30 de novembro de cada ano, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte, sendo que este apenas foi remetido a 2 de dezembro de 2024, saindo aqui prejudicado o interesse municipal quando impede uma análise e avaliação profunda, rigorosa e responsável do orçamento, mas que como é habitual não conta com qualquer observação do Grupo Municipal do PS que para aplaudir só precisa de saber quando. -----

Este é efetivamente um orçamento que sendo de fim de ciclo político inclui numa manobra ilusionista no sentido em que tudo o que o PS se possa ter lembrado que estava por fazer até ao momento, nomeadamente, as obras não executadas ao longo destes 3 anos, foram incluídas criando a aparência de poderem ser executadas, mas sabendo da dificuldade da sua execução, principalmente quando apresentam rubricas com previsão de ser realizadas em vários anos, e com o objetivo claro de dizer só, e apenas, que está tudo previsto em estudos e projetos, que vão ser realizados. -----



Este é efetivamente um orçamento que se classifica como o maior orçamento de sempre, mas como se costuma dizer, tamanho não é documento, tanto que essa mesma referência de "o maior orçamento de sempre" é também ela noticiada em diversos jornais nacionais quanto aos orçamentos apresentados por executivos municipais que têm no seu orçamento incluídas obras financiadas pelo PRR, com as escolas, nomeadamente, pelo município de Soure, Águeda, vila de rei, Montemor o velho, Alcanena, entre muitos outros. -----

Efetivamente este orçamento apresentado para o ano de 2025, é diferenciador em relação a 2024, quando nos pretendem impressionar com os números querendo demonstrar um enorme esforço no investimento, mas assim não é, pois vejamos: Analisado o orçamento e as GOP's com mais pormenor, não temos muitas dúvidas que vamos ter mais um ano de incumprimento ou de retificações de orçamentos. O executivo do PS, propõe um largo conjunto de investimentos a realizar, cuja realização efetivamente se deseja, dado o interesse que representam para o município. Mas sabe o Executivo (e sabemos nós) que muito dificilmente serão cumpridos face ao histórico na execução dos investimentos, principalmente quando falamos no PRR, agravado pelo atual contexto de inflação, escassez de mão de obra (na área das obras públicas) e elevadas taxas de juros. Se há um ano, o problema era a subida incontável das matérias-primas e da energia, que se traduzia numa necessidade de aumentar os preços dos concursos, já este ano os juros num contexto do custo direto nas empresas, obrigará as mesmas a subir os preços das propostas a concurso, pelo que, os valores inscritos nos planos de investimento muito dificilmente estarão corretos. Se o executivo pretende avançar efetivamente com os investimentos, terá que necessariamente rever os preços bases dos concursos, o que já se demonstrou com concursos que ficaram desertos, e atender ao prazo previsto para a execução dos projetos financiados pelo PRR. De uma forma sintética, e da análise do orçamento, verificamos que o desenvolvimento das zonas industriais continua a ser um mero projeto sem valor orçamentado para o efeito, que falta neste orçamento uma democracia participativa com a execução de um orçamento participativo; Não se avista estratégia que promova o associativismo e apoio de coletividades sem ser com



subsídios, falta um maior incentivo para o voluntariado nos bombeiros, falta apoio às IPSS cada vez mais lotadas e sem recursos financeiros, falta a recuperação das vias de ligação das freguesias à sede do concelho; falta maior dignidade perante a Assembleia Municipal, que reiteradamente vê o seu orçamento limitado a umas senhas de presença, falta uma folga fiscal aos lousanenses, quer através da restituição do IRS quer da redução da taxa de IMI, falta uma visão realista da APIN que continua a ser sustentada pelos municípios mesmo sabendo que é um projeto que já demonstrou a sua inviabilidade financeira, e que tem urgentemente de ser reestruturado. Com tamanho orçamento exigia-se mais e numa análise mais profunda verifica-se que o mesmo se transforma em largos espaços de apresentação de um conjunto de números distribuídos por rubricas, algumas sem significado. -----

Por exemplo, uma das rubricas com mais relevo no orçamento, tem uma difícil, senão impossível compreensão do seu significado: trata-se da Rubrica "outros", podendo por exemplo referir-me a um excerto do texto da página 27 do referido documento, que aqui se cita: "Destacam-se ainda as rubricas de "Outros trabalhos especializados – Outros" que totaliza 1.605.150,00 €, "Outros serviços - Outros", com 1.017.350,00 € e "Locação de outros bens", com 752.100,00 €", ou seja, só nesta rubrica "outros" estão quase 3 milhões de euros cujo objetivo se desconhece, e que parece apenas querer engradecer o orçamento municipal. Em resumo, falta neste orçamento seriedade e credibilidade: seriedade nos projetos apresentados para que não seja meramente para cumprir um processo institucional e parte do processo eleitoral, credibilidade, para que acreditemos na sua execução. Face ao exposto e atendendo a: 1 -Que se trata de um orçamento assente numa estratégia política que beneficia as obras e os números em detrimento das pessoas, mas onde estão previstas um conjunto de obras significativas e estruturantes para o desenvolvimento do concelho, mas que pelo conhecimento das dificuldades inerentes à execução do PRR duvidamos da capacidade deste executivo em cumprir com o seu próprio orçamento. -----

Handwritten signature and initials in blue ink.



2. Que existe margem para introduzir no orçamento políticas sociais mais ambiciosas, justificadas pela complexidade da crise que as famílias vivem atualmente. -----

3. Que face à dimensão record do Orçamento previsto, existe margem para dar uma folga fiscal aos lousanenses, quer através da restituição do IRS quer da redução da taxa de IMI. -----

4. Que existe margem orçamental suficiente para ir mais longe nas verbas a entregar às Freguesias. -----

5. Que o orçamento tem inscritas, verbas para uma política de habitação que terá enorme dificuldade na sua execução, pelos condicionalismos conhecidos e já referidos, -----

6. Que o Grupo é Hora de Mudar estará cá em setembro de 2025, na última assembleia municipal, para pedir responsabilidades a este executivo, atendendo ao que agora se comprometeu a realizar. -----

A posição do Grupo Municipal "É Hora de Mudar" da Coligação PSD/CDS relativo ao período de 2025-2029 será de 7 votos de ABSTENÇÃO e 1 voto contra." -----

Joel Fernandes iniciou a intervenção referindo que em virtude das verbas à disposição pelo PRR poderia haver uma tentação muito grande em assumir riscos e apresentar um orçamento apenas baseado em infraestruturas e em obras fictícias, "mas não é isso que acontece com este orçamento municipal, ele aumenta em virtude do dinheiro disponível, mas também aumenta em outras coisas e mantém a filosofia do que foi apresentado em orçamentos anteriores." Referiu o investimento nas pessoas; o investimento nas associações; o investimento na educação que torna a Lousã num dos territórios mais atrativos dando como exemplo os alunos com necessidades especiais; o investimento na coesão social que faz da Lousã um dos concelhos da região mais procurado; um concelho onde se se investe na cultura e onde existe uma das maiores atividades turísticas também potenciada pelo investimento na Europa, um orçamento que apoia as freguesias." Este orçamento não é apenas de obras, não é apenas a escola secundária, não é apenas EB2 não é apenas um investimento no centro de saúde uma vez que não foi isso que foi acordado

AX
g
h



com os lousanenses. "A nossa proposta foi apresentada submetida e validada por todos aqueles que a validaram nas eleições e temos percorrido um caminho constante e coerente, um caminho onde não andamos aos ziguezagues. Um caminho onde não baixamos os impostos quando não podemos efetivamente prometer que eles se iam manter, não vamos baixar para voltas a subir". -----

O dinheiro do orçamento é investido nas pessoas, existem cada dez mais equipamentos culturais no concelho, uma atividade económica cada vez maior por isso vamos continuar a investir na lousã e nos lousanenses, um desenvolvimento que acreditamos tornar este território uma das mais fantásticas regiões para se viver, por isso somos uma referência a tantos níveis e é por isso que saudamos o executivo pela apresentação deste orçamento e é por isso que esperamos continue a investir nas pessoas e no nosso território"-----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra e iniciou a intervenção com uma nota prévia sobre a existência de uma clarificação que permite que os presidentes de junta votem os documentos, pois se fosse ao contrário é que seria anómalo. Evidenciou não só o executivo, mas toda a estrutura da Câmara municipal pelo trabalho desenvolvido em particular na elaboração dos documentos subjacentes à proposta do orçamento para o ano 2025. Continuou referindo que existe um trabalho e uma atenção permanente do executivo na perspetiva de captação de fundos comunitários e que tem sido concretizada de forma expressiva e com particular notoriedade no orçamento apresentado para 2025. Salientou o trabalho da Unidade de Planeamento Estratégico e fundos comunitários da Câmara Municipal que tem incumbência do "acompanhamento de um trabalho que é exigente desde logo do ponto de vista processual naquilo que é toda a tramitação e trabalho inerente a todos estes projetos e objetivos presentes neste documento." -----

Referindo-se aos impostos e no seguimento da questão do deputado **Sérgio Pedroso**, disse que sobre o aumento previsto se deve ter em atenção alguns factos, nomeadamente no exercício em que está e o aumento da receita dos impostos municipais decorre na sua esmagadora maioria do aumento da derrama, este imposto tem uma característica conjuntural, uma possível



alteração mais efetiva do que qualquer um dos outros impostos. Continuou referindo que quando se faz a ponderação, devem pesar-se todos os elementos não só no que diz respeito à política fiscal – IMI, IUC, IRS, derrama - mas também todas as outras componentes da receita e tudo aquilo que são os objetivos em termos de investimento e em termos de despesa do município, e não só no que diz respeito ao capital, mas também no que diz respeito à receita e à despesa corrente. O município da lousã, no universo de municípios com as suas características de dimensão, é dos municípios onde o investimento nas pessoas e o investimento na coesão social é mais expressivo o que também se reflete na despesa recorrente. Indicou outras informações que devem ser tidas em conta dando o exemplo de no ano de 2016, o município da lousã diminuiu a sua participação no IRS com efeitos a 2017 e esse facto significou que desde 2017 até 2024 o município da lousã abdicou de mais de 1 milhão de euros em benefício dos contribuintes das famílias lousanenses. Disse ainda que o município da lousã fez a redução possível do IMI de 0,40 para 0,39 quando a participação máxima de 0,45. O valor que a Câmara Municipal tem abdicado também tem significado desde logo o valor entre 0,40 e 0,45 e agora 0,39 e o 0,40, que acumula, verificando-se assim mais meio milhão de euros que o município abdicou, quer até há 2 anos não aplicando a taxa máxima quer agora cumulativamente deduzindo o crédito no 0,1 relativamente a este imposto. -----

Fazendo referência à intervenção do deputado **Nelson Lopes**, disse que para os contribuintes é sempre bom pagar menos, mas há que ter em consideração as diferentes situações e aquilo que diz respeito à concretização de investimentos que são considerados importantes, sejam investimentos físicos, ou investimentos nas pessoas. No que diz respeito à APIN, disse que os dados são conhecidos e que não é uma situação agradável, mas é uma situação que existe, está devidamente fundamentada e que sempre existiu informação sobre o qual é o caminho e quais as vicissitudes desse, no que é a perspetiva do trabalho e posicionamento futuro. -----



Respondeu ao Sr. deputado **Santinho Antunes** referindo que os valores da "seriedade, credibilidade, que imputou, em sentido negativo, ao executivo, foi no mínimo excessivo, pois independentemente de se gostar ou não, aquilo que está subjacente à ação do executivo é a concretização dos objetivos e aquilo que fica evidente no que se tem apresentado é a perspetiva de garantir sempre o equilíbrio financeiro do município". Afirmou ainda que "Podemos apreciar, e as diferenças de opinião devem existir, agora imputações ou insinuações relativamente a alguns princípios são no mínimo desajustados e, portanto, acho que é preciso que tenhamos algum bom senso e que não sejamos tão inventivos relativamente à argumentação que utilizamos." Acrescentou que é obrigatório assumir a plurianualidade nos documentos especialmente nalguns projetos e que, muitos dos projetos só se estão a iniciar agora atendendo àquilo que são os pontos de financiamento para a sua concretização. Qualquer destes objetivos, atendendo à sua dimensão, não se concretizam num ano e o trabalho desenvolvido por este executivo é também a pensar naquilo que é a importância da concretização dos objetivos independentemente do momento em que se concretizem é isso que está subjacente a este orçamento. Continuou expondo que argumentar que é preciso criar, nomeadamente incentivo maior ao voluntariado, é um facto que poderá ser sempre possível criar ainda mais, sendo certo que este executivo concretizou muito recentemente aumentos de incentivos significativos no que diz respeito a este objetivo. Sobre a APIN reforçou tudo o que disse anteriormente e acrescentou que o atual executivo também gostaria de poder promover essa diminuição, mas atendendo àquilo que é a perspetiva de sermos sérios no que diz respeito à gestão esta é a posição que assumimos mesmo que saibamos que pode não ser tão simpática ou eleitoralmente tão impactante. -----

Santinho Antunes interpelou a mesa para dizer que "já nos conhecemos todos para não fazermos participações indevidas, ou seja, a falta de credibilidade de confiança nunca pode ser personificada, é sobre o documento que está em cima da mesa. Quando nós sabemos todos que estamos a justificar um orçamento com fundos PRR sabemos todos que esses fundos PRR estão novamente condicionados em várias situações, como no caso da habitação,

AX.
G.
L



não digam que o PRR vai cumprir com a questão da habitação. O que quero dizer é que a credibilidade e a confiança que estamos a analisar é ao documento e que cá estaremos em setembro, esperando que olhos nos olhos possamos dizer ainda bem que está cumprido grande parte do orçamento." —

Presidente da Câmara, reiterou tudo o que disse. —

Colocado à votação o Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2025, foi aprovado por maioria, com 16 (dezasseis) votos a favor do PS, 8 (oito) abstenções da Coligação PSD/CDS – É Hora de Mudar e BE e 1 (um) voto contra da Coligação PSD/CDS – É Hora de Mudar, quando estavam presentes na sala vinte e cinco membros eleitos. —

PONTO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS: —

Apreciação e votação do Mapa de Pessoal do Município para o ano de 2025 (doc. nº 3 (três). —

Sem inscrições e/ou pedidos de elucidação, foi colocado à votação do Mapa de Pessoal do Município para o ano de 2025, tendo sido aprovada por maioria, com dezassete votos a favor do PS e do BE, com sete abstenções da Coligação PSD/CDS – É Hora de Mudar, quando estavam presentes na sala vinte e quatro membros eleitos.

PONTO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS: —

Apreciação e votação da fixação das taxas do imposto municipal sobre imóveis (IMI) para o ano de 2025. (doc. nº 4 (quatro). —

Inscrições Sérgio Pedroso e Nelson Lopes —

Sérgio Pedroso, interveio dizendo: "Antes de começar propriamente a minha intervenção vimos informar esta Assembleia que temos presente que o IMI é o imposto que mais financia a autarquia e que a autarquia precisa e muito de financiamento, pois a maior parte do investimento que realiza é através de financiamento externo. Sabemos também que o município continua a aplicar o IMI FAMILIAR nas mesmas condições de anos anteriores (desde 2020 salvo

MA
A
h



erro), uma boa ajuda, claro, mas continuamos a defender que deveriam ser atualizados os montantes nele praticados. Posto isto, Senhor Presidente e, como todos vimos este ano que passou, a Sua ajuda de 0,01 % foi uma verdadeira fortuna que concedeu aos Lousanenses! De facto, as contas que aqui apresentámos há um ano vieram-se mesmo a concretizar, conseguiu o sujeito em análise poupar mesmo a quantia de 7,64 € no ano! Aproveitamos e em nome deste, agradecer ao Senhor Presidente tal apoio. Ainda não sabemos para quando a revisão de localização aos imóveis, se o Senhor Presidente souber e nos poder dizer agradecíamos, pois quando esta se verificar a receita com o IMI irá certamente aumentar! Bom para o Município mau para os Municípes! Continuamos a verificar que do distrito somos o 3.º concelho de 17 a aplicar uma taxa maior 0,39 % para 2025 e só ultrapassados pela taxa aplicada pelo município da Figueira da Foz 0,4 % e Vila Nova de Poiares com o máximo de 0,45 %. Verificamos mesmo que já 7 concelhos aplicam a taxa mínima dos 0,3 % onde se registam por exemplo os concelhos de Arganil, Condeixa-a-Nova e até a sede de distrito Coimbra. Aproveitamos também para informar que ainda não temos a varinha mágica que nos pedia no passado, mas temos a certeza que o município tem neste momento a hipótese e se quisesse de diminuir esta taxa de IMI pois, se verificarmos, o município tem uma folga com o que irá obter de derrama por exemplo. Não seria assim Senhor Presidente? Porque não o fez? Por estes motivos somos da opinião e iremos sempre defender uma maior redução desta taxa. Por estas razões o Grupo Municipal Coligação PPD/PSD – CDS/PP “É Hora de Mudar” irá votar contra o ponto 4. “-----

Nelson Lopes interveio dizendo: “Por lei, compete aos Municípios fixar em cada ano a taxa a aplicar em termos de IMI. Depois de uma redução neste ano, nesta Assembleia o Executivo apresenta a proposta de no próximo ano manter a taxa a aplicar em sede de IMI para os prédios urbanos em 0,39 %, bem como manter a taxa de 0,8 % a aplicar aos prédios rústicos, o que representa mais uma vez uma postura prudente e um sinal de grande responsabilidade nesta conjuntura económica ainda muito incerta. Em relação a este imposto municipal, importa também referir, que, além dos benefícios fiscais que decorrem da Lei, como é o caso da suspensão deste imposto na aquisição de habitação própria



permanente, ou da isenção permanente para agregados com rendimentos mais baixos, que protege os mais vulneráveis, o Município reconhece o benefício fiscal designado por IMI familiar, que permite às famílias uma dedução fixa anual em função do número de dependentes a cargo e tem tido a preocupação de avançar com a criação de várias áreas de reabilitação urbana, que, neste momento, já cobrem praticamente todas as zonas urbanas mais consolidadas e que conferem vários benefícios fiscais aos proprietários que reabilitem os seus imóveis. Assim, entendemos que a opção fiscal aqui apresentada, em termos de IMI, proporciona uma poupança fiscal às famílias, beneficia as famílias mais numerosas, incentiva a reabilitação urbana e a boa utilização do parque habitacional e contribui para assegurar os meios financeiros necessários para a estratégia de desenvolvimento do Concelho que, como tivemos ocasião de verificar no ponto da apreciação e aprovação do orçamento, irão certamente acrescentar ainda mais qualidade de vida a todos os lousanenses. É elementar que todos, sem exceção, desejaríamos pagar menos impostos (sejam eles de âmbito municipal ou estatal), mas bem sabemos que, ao contrário dos impostos estatais, a receita proveniente dos impostos municipais é receita própria da autarquia e por isso aplicada no nosso Concelho e não em qualquer outro Concelho do País. Temos tido a oportunidade de aqui confirmar, ano após ano, que a contribuição que as famílias prestam anualmente para a Município tem o devido retorno nas várias funções que a autarquia desempenha junto da comunidade e no território e que esse retorno varia, naturalmente, em função dessa mesma contribuição. Para concluir e como já referi, entendemos que esta proposta que mantém a atual taxa de IMI para os prédios urbanos é prudente e responsável, pois, por um lado, continua a proporcionar às famílias uma poupança fiscal numa conjuntura em que os orçamentos familiares ainda continuam pressionados e por outro lado, não compromete o necessário equilíbrio orçamental para que o Município possa continuar a assegurar importantes apoios às famílias, Associações e empresas mas também assegurar os necessários meios financeiros para avançar com os importantes investimentos que estão previstos em sede de orçamento. Assim,

ASX.
[Handwritten signature]



pelos motivos que aqui referi, o voto do Grupo Municipal do PS será favorável.”

O Presidente da Câmara, tomou a palavra para aditar ao que já tinha referido sobre o IMI, que ao meio milhão de euros que o município abdica sobre o IMI acresce o que é abdicado pela aplicação do IMI familiar. No seguimento da intervenção do deputado **Sérgio Pedroso**, disse que a derrama tem um carácter mais notável relativamente á receita, tendo em conta todas as circunstâncias de elaboração do Orçamento, a pergunta que se impõe é:” *Abdicava da receita do IMI, a seguir a derrama caía, precisa da receita, compensa onde?*” Existem diversos fatores que têm de ser tidos em conta, há serviços que continuam a ser prestados e o valor que o estado transfere é insuficiente, daí ser necessário ter receita para efetuar esses serviços.

Colocada à votação da Assembleia Municipal da fixação das taxas do imposto municipal sobre imóveis (IMI) para o ano de 2025, foi aprovado por maioria, com 16 (dezasseis) votos a favor do PS, 8 (oito) votos contra da Coligação PSD/CDS – É Hora de Mudar, 1 (um) abstenção do BE quando estavam presentes na sala vinte e cinco membros eleitos.

PONTO CINCO DA ORDEM DE TRABALHOS:

Apreciação e votação da participação variável no IRS para o ano de 2025 (doc. nº 5(cinco)).

Inscrições: Luís Martins e Sérgio Pedroso

Luís Martins interveio dizendo:” *A proposta de fixação da taxa de participação variável no IRS em 4% para o ano de 2025, uma decisão por parte do executivo que se alinha com as prioridades estratégicas do município e com o compromisso de assegurar o equilíbrio financeiro, sem descurar o apoio às famílias do concelho. Numa contextualização da Participação Variável no IRS de acordo com o quadro legal, os municípios têm direito a uma participação variável de até 5% na coleta de IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho. Caso optem por uma taxa inferior à máxima, a diferença traduz-se num benefício direto aos munícipes, sob a forma de dedução no IRS. Na Louçã,*

Art.
An

b



Art.
h

desde 2016, a participação variável no IRS tem sido fixada em 4%, representando uma escolha equilibrada entre a arrecadação de receitas municipais e a devolução de parte do imposto às famílias. Os benefícios para as Famílias serão a manutenção da taxa de 4% em 2025 o que permitirá às famílias do concelho uma poupança estimada de 200.000€. Importa relembrar que o município está envolvido em várias iniciativas de grande relevância, nomeadamente: a Educação -Requalificação de escolas e reforço das competências transferidas pela administração central, onde se verifica um défice significativo nos valores transferidos; a Saúde e ação social: Apoio contínuo às populações mais vulneráveis, especialmente em situações de fragilidade social; os investimentos estratégicos - Projetos associados ao PRR e ao Programa Portugal 2030, que envolvem meios financeiros avultados e requerem contrapartidas municipais para a sua execução. Há coerência com Exercícios Anteriores. A proposta para 2025 mantém a taxa de 4%, em linha com o praticado desde 2016. Esta consistência reforça a previsibilidade orçamental e permite ao município continuar a gerir os seus recursos de forma equilibrada e eficiente, sem comprometer a concretização do Plano de Desenvolvimento Estratégico. -----

Sérgio Pedroso, interveio dizendo: "Mais uma vez, e porque se mantêm tudo inalterado nos últimos anos em relação a este assunto, iremo-nos repetir, portanto como já explicámos, importa aos Lousanenses saberem que se está a falar de uma participação variável no IRS entre 0,00% e 5,00% por parte do Município, ou seja, estamos a apreciar e a votar se o município quer ficar com parte de valor de uma possível dedução no IRS por parte do sujeito passivo ou não. Caso o Município aplique a taxa de 4% que é o caso, então o sujeito passivo tem 1% de dedução no IRS. Sendo que o IRS é um imposto progressivo e que muitos infelizmente nem sequer ganham para pagar ou serem reembolsados achamos este um assunto não tão importante quanto o do IMI ou mesmo da Derrama, mas entendemos que o município, e sempre cientes do que está em causa, poderia e deveria baixar um pouco mais esta participação a fim de aliviar um pouco a carteira dos Lousanenses! Portanto, o Grupo Municipal Coligação PPD/PSD – CDS/PP "É Hora de Mudar" irá votar contra o



ponto 5."-----

Colocada à votação a participação variável no IRS para o ano de 2025, foi aprovada por maioria, com 17 (dezasete) votos a favor do PS de BE e 8 (oito) votos contra da Coligação PSD/CDS – É Hora de Mudar, quando estavam presentes na sala vinte e cinco membros eleitos. -----

PONTO SEIS DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

Apreciação e votação do lançamento das taxas de derrama para o ano de 2025. (doc. nº 6(seis). -----

Inscrições: Sérgio Pedroso e Nelson Lopes-----

Sérgio Pedroso, interveio dizendo: "Neste ponto, em primeiro lugar dar os parabéns a todas as empresas instaladas no concelho e desejar os maiores sucessos. Todos sabemos que têm sido anos atípicos, primeiro com a pandemia, depois e ainda com a guerra vivida na Ucrânia e mais recentemente o conflito Israel/Hamas, portanto, que o futuro se mostra incerto, instável e imprevisível, o que complica e muito a gestão das empresas, mas um dado certo que poderão contar já, é que o Município da Lousã não irá baixar a taxa de Derrama. Neste momento o Município da Lousã aplica uma taxa de 1,30 % e apesar de não ser a taxa mais elevada entendemos que o Município (cientes do que está em causa), deveria tentar baixar esta taxa para tentar atrair ainda mais empresas e com isto mais postos de trabalho e por conseguinte mais habitantes. Sabemos que o Município isenta cerca de 201 sujeitos passivos (aqueles que apresentam um VN inferior a 150.000 €) mas também sabemos que tributa à taxa de 1,30 % cerca de 221, estes que contribuíram para o município com uma receita cobrada de Derrama recorde de cerca de 1.441.129,14 €! Portanto sabemos que neste momento existem cerca de 422 empresas em sede de IRC instaladas no concelho, mais 25 do que no ano anterior, o que nos apraz. Sabendo que já existe a isenção até aos 150.000 € de volume de negócios, vimos perguntar ao executivo se não existe a possibilidade de por exemplo colocar em prática uma progressividade nesta taxa? Pensamos que é um exagero a taxa aplicada e que o município poderia diminuí-la até pelos valores arrecadados nos últimos

AG
A
h



anos, continuando a afirmar o que ao longo destes anos temos vindo a defender, para fixar empresas e empresários na Lousã devemos ser muito mais atrativos. Por estas razões o Grupo Municipal Coligação PPD/PSD – CDS/PP “É Hora de Mudar” irá votar contra o ponto 6.” -----

Nelson Lopes interveio dizendo “A proposta que nos é apresentada consiste em manter a taxa de Derrama que tem vindo a ser praticada, ou seja, uma taxa de 1,3% sobre o lucro tributável (ou seja, não é aplicável a empresas que não apresentem lucro no exercício económico) e com a isenção total para empresas com um volume de negócios igual ou inferior a 150 mil euros, isenção essa que abrange perto de 50% das empresas instaladas no Concelho. Entendemos que é uma opção correta, de continuidade, ou seja, promove a estabilidade fiscal (fator que é tão importante para as empresas) e que tem em conta as características do nosso tecido empresarial, pois tem a preocupação de isentar, ou seja proteger, as empresas de menor dimensão, ou seja, aquelas que estão ou que se venham a instalar no Concelho e que apresentem um volume de negócios inferior ou igual a 150 mil euros. Volto também a referir, que tal como as receitas resultantes da taxa de IMI ou da participação variável no IRS, a derrama constitui uma receita do Município que será aplicada neste Concelho e não em outro qualquer Concelho do País. E por isso, representa uma verba importante para que o Município continue a investir na melhoria de condições para a fixação e crescimento das empresas, no fundamental apoio ao comércio local e na promoção e desenvolvimento do nosso território, política que tem trazido bons resultados para a nossa economia local, que se tem traduzido no crescimento expressivo no número de empresas instaladas na Lousã, bem como no crescimento que se tem verificado ao nível de número de empregos criados e no volume de negócios das empresas. Estes são indicadores que saem reforçados com a recente atribuição dos estatutos de PME Líder e PME Excelência a várias empresas do Concelho e demonstram bem a atual vitalidade do tecido empresarial da Lousã e confirmam que a estratégia seguida pelo Executivo de estímulo à competitividade e de apoio à economia local tem tido um resultado positivo, ao qual, certamente, também não é alheio a estabilidade fiscal que tem sido promovida neste domínio, pelo que a

AT
9
H



proposta de manter a taxa de derrama bem como os benefícios fiscais às empresas de menor dimensão terá o voto favorável do Grupo Municipal do PS."

O Presidente da Câmara, interveio dizendo que já tudo tinha sido dito sobre a derrama. Quanto ao referido pelo deputado Sérgio Pedroso, quando enunciou a defesa da diminuição indiscriminada de todos - IMI- IRS-Derrama -, disse que numa perspetiva de sustentabilidade e equilíbrio orçamental e financeira, será este um exercício muito complicado de conseguir uma solução adequada. Da intervenção do deputado Nelson Lopes, disse ser bastante pertinente naquilo que é um posicionamento sustentável.

Colocado à votação o lançamento das taxas de derrama para o ano de 2025, foi aprovado por maioria, com 17 (dezasete) votos a favor do PS e BE e 8 (oito) votos contra da Coligação PSD/CDS – É Hora de Mudar, quando estavam presentes na sala vinte e cinco membros eleitos.

PONTO SETE DA ORDEM DE TRABALHOS:

Apreciação e votação da fixação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2025 (doc. nº 7(sete)).

Sem inscrições e/ou pedidos de elucidação, foi colocada à votação a fixação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2025, tendo sido aprovada por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e cinco membros eleitos.

PONTO OITO DA ORDEM DE TRABALHOS:

Apreciação e votação da ratificação da deliberação da Câmara Municipal, de 29.11.2024, relativa à designação e composição do júri do procedimento concursal para recrutamento de dirigente de 3º grau – Chefe de Unidade – para a Unidade Administrativa da Divisão de Administração e Finanças (doc. nº 8(oito)).

AT
g
h



Sem inscrições e/ou pedidos de elucidação, foi colocada à votação da Assembleia Municipal a ratificação deste ponto, tendo sido aprovada por maioria com 16 (dezasseis) votos a favor do PS, 1 (um) voto a favor do BE e 8(oito) abstenções da Coligação "É Hora de Mudar" – PPD/PSD-CDS/PP, quando estavam presentes na sala vinte e cinco membros eleitos -----

Handwritten signature and initials in blue ink.

PONTO NOVE DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

Apreciação e votação da ratificação da deliberação da Câmara Municipal, de 29.11.2024, relativa à designação e composição do júri do procedimento concursal para recrutamento de cargo de direção intermédia de 2º grau – Chefe de Divisão – para a Divisão de Planeamento Urbanístico e Regeneração Urbana (doc. nº 9(nove) -----

Sem inscrições e/ou pedidos de elucidação, foi colocada à votação da Assembleia Municipal a ratificação deste ponto, tendo sido aprovada por maioria com 16 (dezasseis) votos a favor do PS, 1 (um) voto a favor do BE e 8(oito) abstenções da Coligação "É Hora de Mudar" – PPD/PSD-CDS/PP, quando estavam presentes na sala vinte e cinco membros eleitos -----

PONTO DEZ DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

Apreciação e votação da 4ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2024. (doc. nº 10(dez) -----

Sem inscrições e/ou pedidos de elucidação, foi colocada à votação da 4ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2024, tendo sido aprovada por maioria com 16 (dezasseis) votos a favor do PS, 1 (um) voto a favor do BE e 8(oito) abstenções da Coligação "É Hora de Mudar" – PPD/PSD-CDS/PP, quando estavam presentes na sala vinte e cinco membros eleitos. -----

PONTO ONZE DA ORDEM DE TRABALHOS:-----



AX
A
L

11 – Apreciação e discussão do Relatório de Auditoria Semestral apresentado pelo Revisor Oficial de Contas que contém a informação sobre a situação económico-financeira relativa ao 1º semestre de 2024. (doc. nº 11(onze) -----

Inscrições: Luís Martins -----

Luís Martins interveio fazendo uma análise sucinta do Relatório do Revisor Oficial de Contas (ROC) referente ao primeiro semestre de 2024, que avaliou as demonstrações financeiras e orçamentais do município. Apresentou como principais destaques: *“a Situação Económica e Financeira: O ativo líquido registou um aumento de 7,6% face a dezembro de 2023, com os ativos fixos tangíveis a representarem 82,91% do total do ativo. O passivo aumentou 28,05% em relação ao final de 2023, o que eleva o peso do passivo no ativo de 8,6% para 11,08%. O património líquido é de 48.390.946€, representando 67,04% do total do ativo.”* -----

Quanto aos Resultados Financeiros disse que *“O resultado líquido foi positivo a meio do semestre devido ao aumento de transferências e subsídios. Houve Melhorias nos rácios de liquidez geral e reduzida, fruto do aumento do ativo corrente e redução do passivo corrente. Contudo, o rácio de liquidez imediata diminuiu.”* Referindo-se à Execução Orçamental expôs que a receita total executada foi de 81,61%, superior à despesa, que se fixou em 62,83%, ambas abaixo do orçamento semestral. Quanto ao Endividamento e Prazos de Pagamento afirmou que o município não apresenta pagamentos em atraso, com um prazo médio de pagamentos de 21 dias; a dívida total a 30/06/2024 é de 4.241.918€, bem abaixo do limite legal. Terminou a intervenção referindo que o ROC conclui que as contas refletem uma situação económica e financeira estável e em conformidade com os princípios contabilísticos aceites. O município demonstra uma gestão equilibrada, com resultados positivos e compromisso com a execução orçamental, reforçando a confiança na sustentabilidade financeira a longo prazo. -----

Foi apreciado o Relatório de Auditoria Semestral apresentado pelo Revisor Oficial de Contas que contém a informação sobre a situação económico-



financeira relativa ao 1º semestre de 2024. -----

PONTO DOZE DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

12 – Apreciação e votação do Mapa de Ruído do Município da Lousã e do Plano Municipal de Redução de Ruído do Município da Lousã. (doc. nº 12(doze) -----

Sem inscrições e/ou pedidos de elucidação, foi colocado à votação do Mapa de Ruído do Município da Lousã e do Plano Municipal de Redução de Ruído do Município da Lousã, tendo sido aprovado por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e cinco membros eleitos. -----

PONTO TREZE DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

13 – Apreciação e votação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil da Lousã (doc. nº 13(treze) -----

Intervenções: Ana Bandeira. -----

Ana Bandeira interveio dizendo: *“É com profundo sentido de responsabilidade que abordamos, neste Ponto, a importância de um Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil da Lousã - uma ferramenta essencial para garantir a segurança e o bem-estar de todos nós, em momentos de crise ou calamidade. Vivemos em tempos em que os riscos são diversos e cada vez mais complexos: incêndios rurais, cheias, inundações, pandemias, acidentes industriais ou fenómenos climáticos extremos e acidentes geomorfológicos. Cada um desses desafios exige uma resposta rápida, eficaz e coordenada. É exatamente para isso que serve o Plano Municipal de Emergência: para antecipar cenários, organizar recursos e proteger vidas. Este Plano é muito mais do que um documento técnico. Ele reflete a união e o compromisso de toda a comunidade. A sua elaboração envolve especialistas, autoridades locais, serviços de emergência, mas também a participação ativa dos cidadãos. Representa a promoção e a salvaguarda dos interesses das populações e constitui um elaborado trabalho de articulação do Município com as suas freguesias. Ao priorizar a criação e a atualização contínua do nosso PME, estamos a investir no futuro da nossa comunidade. Estamos a construir resiliência*

AA
A
A



e a assegurar que, mesmo nos momentos mais difíceis, estaremos preparados para agir, com união, confiança e eficácia. Este documento, elaborado pelos Serviços de Proteção Civil e sujeito aos pareceres das diversas Entidades a que a Lei obriga, será com certeza, de extremo valor para a nossa região, tendo sempre como objetivo principal a minimização de perdas de vidas e de prejuízos, e o restabelecimento da normalidade, no mais curto espaço de tempo possível. Sugerimos ainda que numa futura revisão do Documento, possamos ver abordado, na tipificação dos riscos, o risco de conflito, – infelizmente cada vez menos longínquo – e demais formas de intervenção. Pela leitura e análise do documento, sabemos da sua complexidade, da importância fulcral para a nossa comunidade e valorizamos decerto a atribuição da verba de 754 000€, em Orçamento para 2025 e Grandes Opções do Plano, no Programa Qualidade de Vida onde se inserem a Proteção Civil e Bombeiros. O Partido Socialista votará favoravelmente a aprovação deste Plano, agradecendo o trabalho de todos os envolvidos na sua elaboração." ---

Colocado à votação o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil da Louçã, foi aprovado por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e cinco membros eleitos

PONTO QUATORZE DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

14 – Apreciação e votação do Plano Municipal da Juventude da Louçã para o período 2024-2027 (doc. nº 14(quatorze) -----

Intervenções: Rui Morais e Marco Sequeira. -----

Marco Sequeira interveio dizendo: "O Plano Municipal da Juventude aqui apresentado é a continuação do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido na área da juventude, tendo tido o anterior Plano Municipal da Juventude um papel importante na identificação de necessidades junto dos mais jovens. No entanto, este Plano Municipal de Juventude reflete uma estratégia clara enquadrada nos objetivos de desenvolvimento sustentável, na estratégia europeia para a juventude e com os Youth Goals. Isto Traduz um alinhamento com uma estratégia europeia à escala local e com uma visão não somente a



curto prazo, mas também a médio prazo, reforçando assim as políticas de juventude no concelho. Para além deste facto, permitam-me realçar os mais de 700 jovens auscultados, o que revela que este é um plano de jovens e para jovens, atendendo às suas reais necessidades. Desta forma, também vai de encontro a uma área transversal que é a aproximação e a comunicação à juventude, tendo em vista a aproximação dos jovens do poder local. Evidenciar ainda que os grupos municipais sempre foram chamados para apresentar contributos e propostas. Como forma de conclusão, julgo que este seja um trabalho muito bem conseguido e estou certo de que haverá poucos municípios da nossa dimensão na região e até no país com um plano municipal de juventude tão completo como este. Todos os intervenientes estão de parabéns – nomeadamente a Câmara Municipal, a ACTIVAR e os seus técnicos que tiveram um papel fundamental na elaboração do documento, e todos os jovens que colaboraram com as suas ideias para este Plano. Sr. Presidente e Sr. Vereador da Juventude, julgo que os jovens se irão rever neste Plano Municipal da Juventude! Cá estaremos na Assembleia Municipal e no Conselho Municipal da Juventude para fiscalizar e colaborar na execução do mesmo.” -----

Rui Morais, cumprimentou todos os presentes e começou por parabenizar o Vereador João Santos pelo desempenho no Conselho Municipal da Juventude, bem como dos deputados Marco Sequeira e Margarida Correia, pelo papel importante que tiveram na construção deste documento. Terminou dizendo que a juventude é futuro, mas também é hoje e deve ser ouvida. -----

Colocado à votação o Plano Municipal da Juventude da Louçã para o período 2024-2027, foi aprovado por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e cinco membros eleitos. -----

PONTO QUINZE DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

15 – Apreciação e votação do Plano Municipal de Ação Climática - PMAC Louçã. (doc. nº 15(quinze) -----

Inscrições: Pedro Santos. -----



Pedro Santos iniciou a intervenção dizendo: "As alterações climáticas são um dos maiores desafios atuais, exigindo uma resposta imediata e eficaz. De acordo com a Lei de Bases do Clima, os Planos Municipais de ação climática devem traduzir o contributo dos Municípios para os objetivos nacionais em matéria de política climática, devendo contemplar os objetivos e metas traçados a nível municipal, quer em termos da redução de emissões de gases com efeito de estufa, quer em termos de preparação e resposta aos efeitos das alterações climáticas, bem como as ações a desenvolver e o investimento associado. O município da Lousã reconhece a necessidade de ter planos que visem aumentar a resiliência e adaptar o território aos crescentes impactos das alterações climáticas. Assim sendo, o Plano Municipal de Ação Climática, pretende preparar o Município da Lousã para o futuro, no que às alterações climáticas se refere. O compromisso perante o Plano Municipal de Ação Climática, reflete a firmeza inabalável de que é hoje e com todos, que podemos proteger e preservar não apenas o presente, mas também as bases para um futuro sustentável e resiliente para as gerações vindouras." -----

Colocado à votação o Plano Municipal de Ação Climática - PMAC Lousã, foi aprovado por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e cinco membros eleitos. -----

PONTO DEZASSEIS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

16 - Apreciação e votação da ratificação da deliberação da Câmara Municipal, de 4.11.2024, relativa à autorização prévia para a repartição de encargos plurianuais da operação de "Leasing para o financiamento da aquisição de uma varredora. (doc. nº 16(dezasseis) -----

Sem inscrições e/ou pedidos de elucidação, foi colocada à votação da Assembleia Municipal a ratificação deste ponto, tendo sido aprovada por maioria com 16 (dezasseis) votos a favor do PS, 1 (um) voto a favor do BE, 1 voto a favor e 7(sete) abstenções da Coligação "É Hora de Mudar" – PPD/PSD-CDS/PP, quando estavam presentes na sala vinte e cinco membros eleitos. -----

AS
A
h



PONTO DEZASSETE DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

17 – Apreciação e votação da ratificação da deliberação da Câmara Municipal, de 21.10.2024, relativa à autorização prévia para a repartição de encargos plurianuais da “Reabilitação e Alteração de Edifício Multifamiliar – Rua Dr. Pedro Lemos (doc. nº 17(dezassete)) -----

Sem inscrições e/ou pedidos de elucidação, foi colocada à votação da Assembleia Municipal a ratificação deste ponto, tendo sido aprovada unanimidade quando estavam presentes na sala vinte e cinco membros eleitos.

A Senhora Presidente da Mesa colocou à aprovação da assembleia que todas as decisões sejam aprovadas em minuta, a fim de que as mesmas possam produzir efeitos imediatos, sendo aprovadas por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD e BE quando estavam presentes na sala vinte e quatro elementos. -----

Nada mais havendo a tratar, **a Senhora Presidente da Mesa**, depois de terem assinado todas as folhas de presenças, declarou encerrada a reunião, eram vinte e uma horas. -----

A Presidente da Mesa,

Ana Ferreira

O 1.º Secretário,



A 2ª Secretária,


Maria Aldina Martins